CIDADE, CIDADÃO, CIDADANIA
PROGRAMA DE GOVERNO

Rodrigo Rollemberg
governador

Renato Santana
vice-governador

Coligação Somos todos Brasília

Partido Socialista Brasileiro – DF
Partido Democrático Trabalhista – DF
Partido Social Democrático – DF
Partido Solidariedade – DF
Rede Sustentabilidade – DF

SUMÁRIO

Apresentação: Somos todos Brasília 3
1 Organização do Programa do Governo 5
2 Princípios 6
3 Eixos Programáticos 8
4 Inteligência na Gestão: uma forma inovadora de governar 9
5 Eixo Cidade 12
Diretrizes estratégicas do Eixo Cidade 12
Planejamento Metropolitano e Rural 13
Meio Ambiente 20
Mobilidade 23
Infraestrutura 28
Energia Elétrica 29
Água e Esgoto 30
Resíduos Sólidos 33
Drenagem Urbana 34
Ciência, Tecnologia e Inovação 36
Desenvolvimento com Sustentabilidade 39
6 Eixo Cidadão 49
Diretrizes estratégicas do Eixo Cidadão 50
Educação 51
Saúde 60
Cultura 68
Segurança Pública 77
Políticas para segmentos sociais 83
Assistência Social 86
Esporte e Lazer 87
7 Eixo Cidadania 90
Diretrizes estratégicas do Eixo Cidadania 90
Gestão e Governança 91

SOMOS TODOS BRASÍLIA

O Estado existe para servir à sociedade, para ser instrumento de promoção do bem coletivo, zelar pelo patrimônio público, assistir aos socialmente fragilizados, administrar as instituições públicas e organizar o esforço inteligente para o desenvolvimento em todas as suas dimensões. Para tanto, é preciso fortalecer e difundir valores da cultura cívica e garantir as condições de participação democrática de todos os cidadãos na vida social e política, bem como promover a paz, a ordem e a segurança públicas, e ainda operar a justiça e regulamentar, por meio de leis, a vida social.

O primeiro artigo de nossa Constituição Federal assegura que a fonte do poder em nosso País é o povo. Portanto, ser cidadão é contribuir para o bom funcionamento do Estado, ser responsável pelo bom andamento de todas as comunidades humanas e pelo bom uso da base natural da vida.

Assim sendo, candidatar-se a ser gestor de órgãos de Estado ou representante parlamentar é propor-se prestar um serviço à sociedade oferecendo competência técnica, capacidade política, integridade ética. Os atestados maiores desses qualificativos são a própria biografia dos candidatos aos vários cargos e o compromisso com o seu programa de governo.

O Programa de Governo da coligação *Somos todos Brasília* tem a sua origem no esforço despendido pelo Partido Socialista Brasileiro em organizar 12 Núcleos Temáticos e realizar quatro Seminários Regionais e um Seminário Temático para ouvir a sociedade de todo o território do Distrito Federal, além de buscar a contribuição de especialistas, acadêmicos e militantes. Assim, depois de 18 meses, foi constituída uma proposta de Programa com a sistematização das contribuições oriundas da interlocução com mais de 2.000 pessoas.

Esse texto foi trabalhado em oficinas de criação coletiva, somando contribuições de especialistas e de representantes políticos, e a primeira sistematização foi apresentada aos parceiros da Rede Sustentabilidade para o lançamento do documento Diretrizes do *Programa de Governo da aliança PSB-Rede para o Governo do Distrito Federal*. Após as conversações que antecederam o registro da chapa no Tribunal Regional Eleitoral, com a adesão do Partido Democrático Trabalhista, do Partido Social Democrático e do Partido Solidariedade, nova rodada de apresentações foi realizada e nessas ocasiões o texto foi apreciado e ampliado com as contribuições técnicas e políticas de todas as forças coligadas.

A visão de futuro, na qual todas as cidades que se constituíram para formar a nova capital depois de 1960 devem receber igual atenção e ter oportunidades para desenvolver sua própria identidade cultural e vocação econômica, levou a nossa coligação a adotar o conceito *Somos todos Brasília*. Incluem-se nessa comunidade os municípios que constituem a RIDE, para formar uma nova unidade, efetivamente integrada, onde todos contribuem para o desenvolvimento sustentável e compartilham os benefícios gerados.

Hoje oferecemos a Brasília propostas que são fruto de uma construção coletiva, cuja autoria é compartilhada com a sociedade e com todos os que anseiam a renovação da política. O Programa de Governo que aqui trazemos é a essência de uma nova forma de aliança política: a aliança baseada em conteúdos e em uma prática que se alicerça no compromisso de servir a população e construir o futuro em bases fraternas. Além da inovação democrática,

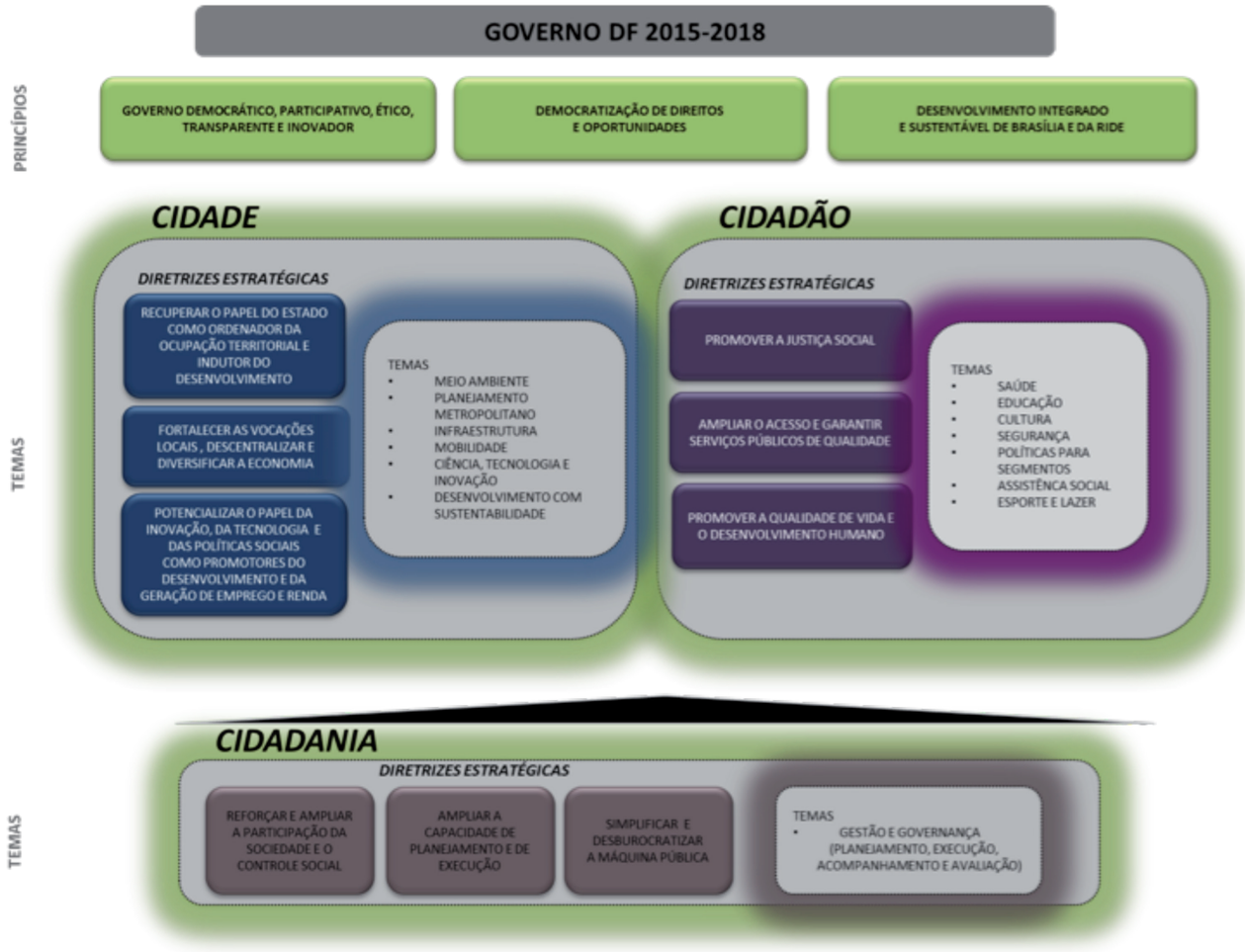
traz também a inovação na governança pública e nos conteúdos dos projetos e programas, que nos propomos implantar para mudar o modelo de desenvolvimento da nossa capital. Nossa proposta é resgatar a capacidade do Estado de dirigir e planejar a resposta técnica e política às demandas da sociedade e promover o desenvolvimento sustentável.

Em nossa diversidade de visões, encontramos pontos de confluência para pensar, sonhar e propor um novo modo de administrar o Estado, de submeter essa administração ao controle social, de dar respostas inteligentes e inovadoras aos problemas enfrentados pela sociedade, além de trazer sugestões de iniciativas que possam ser vetores de projeção de um futuro sustentável e de um legado de paz e prosperidade para as gerações que virão.

Partido Socialista Brasileiro – Partido Democrático Trabalhista – Partido Social Democrático – Partido Solidariedade – Rede Sustentabilidade

ORGANIZAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO

O Programa de Governo, proposto pela aliança entre os partidos PSB, PDT, PSD, SD e pela Rede Sustentabilidade, este um partido de fato, ainda que não de direito, está organizado em torno de três Eixos programáticos, Cidade, Cidadão e Cidadania, compostos por 12 áreas temáticas orientadas por Diretrizes Estratégicas, e embasados em três princípios fundamentais. As relações entre esses elementos estão representadas no seguinte diagrama:



PRINCÍPIOS

Os três princípios fundamentais, presentes em todas as ações propostas neste Programa de Governo, são:

• **Governo democrático, ético, participativo, transparente e inovador**. Democrático e fiel aos padrões éticos mais exigentes, o Governo atuará a serviço da população, atendendo às demandas sociais e garantindo a participação de todos os setores. A população participará de todas as ações administrativas – do planejamento à avaliação das políticas públicas – e terá acesso ao andamento das obras e à execução orçamentária, a serem divulgados de forma transparente e em linguagem adequada. Na reorganização da estrutura administrativa e dos procedimentos, o Governo estará comprometido com soluções criativas e inovadoras, particularmente aquelas que constituem boas práticas já adotadas em outros locais, tanto no país, quanto no exterior. Assumimos o compromisso de estabelecer e fortalecer a formação de uma cidadania ativa, e de um serviço público profissionalizado e qualificado.

• **Democratização dos direitos e oportunidades**. Os direitos do cidadão serão promovidos e o acesso aos serviços públicos será democratizado. Além de garantir serviços de qualidade nas áreas de saúde, educação, segurança, transporte, mobilidade e infraestrutura, o Governo investirá em políticas sociais que alcancem todos os segmentos e que consolidem o direito de proteção e uso sustentável dos recursos naturais. O princípio inclui ainda o direito à informação e o respeito ao patrimônio público, que é de todos. Será igualmente valorizado o direito ao trabalho – compreendido como atividade essencial para a realização humana –, ao emprego digno, ao aperfeiçoamento profissional continuado e à renda compatível com as necessidades das famílias. O Governo buscará, enfim, a promoção dos direitos humanos e da diversidade sociocultural.

• **Desenvolvimento sustentável e integrado de Brasília e da RIDE**. O Governo terá como objetivo o desenvolvimento sustentável de Brasília e da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE[1]),tomando por base as seguintes premissas: a) conservação, valorização e uso consciente dos recursos naturais, dentro dos limites naturais do funcionamento dos ecossistemas; b) desenvolvimento de atividades econômicas orientadas para a valorização da vida, para a inclusão dos mais carentes, com a adoção de práticas que tenham o máximo de eficiência energética e o mínimo de produção de resíduos e de impactos negativos sobre os ecossistemas; c) promoção da justiça social, tendo como prioridade as demandas da sociedade, a garantia dos direitos democráticos e a busca do desenvolvimento humano. As ações do Governo deverão contribuir para a valorização da diversidade sociocultural, ao contemplar todos os setores da sociedade e todas as escalas de espaço (local, regional, distrital e, no que couber, nacional e global) e de tempo, garantindo os direitos sociais e políticos da população e também das gerações que virão. Além disso, o desenvolvimento integrado de Brasília será alcançado por meio de ações que reconhecerão cada região e cada cidade como um todo em si mesmas, e como também parte integrante do conjunto formado por Brasília e pela RIDE.

[1] A RIDE é constituída pelo Distrito Federal, pelos municípios de Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso e Vila Boa, no Estado de Goiás, e de Unaí e Buritis, no Estado de Minas Gerais. Projeto de Lei do Senador Rodrigo Rollemberg acrescenta os municípios goianos de Alto Paraíso, São João d'Aliança, Gameleira e Flores, em Goiás, e de Cabeceira Grande, em Minas Gerais.

EIXOS PROGRAMÁTICOS

As diversas áreas temáticas e as atividades propostas no Programa de Governo estão organizadas em torno de três eixos: **Cidade, Cidadão, Cidadania**. O eixo **Cidadania** constitui a base da ação governamental e é visto como 'um meio' para realizar os outros dois, considerados 'eixos fins'. Nesse sentido, o eixo **Cidadania** influencia os temas, as diretrizes estratégicas e os objetivos a serem atingidos nos eixos **Cidade** e **Cidadão**.

Para o Governo da aliança PSB, PDT, PSD, SD e Rede, de acordo com as propostas delineadas neste documento, o eixo **Cidade** caracteriza o ambiente em que as pessoas vivem, convivem, trabalham e produzem riquezas. *As Diretrizes estratégicas do eixo Cidade apontam para a ação do Estado sobre a ocupação do território e na definição dos rumos do desenvolvimento. Em busca da sustentabilidade, serão adotadas medidas de descentralização e diversificação da economia, tendo como meta o desenvolvimento local e a formulação de políticas seguras de geração de empregos e de renda, compatíveis com as demandas demográficas, e com a preservação dos ecossistemas.*

O eixo **Cidadão** refere-se ao destinatário de todas as ações governamentais, a quem são dirigidos os resultados gerados pelas políticas públicas, que têm por objetivo a melhoria da qualidade de vida. *A justiça social, a qualidade de vida e o desenvolvimento humano, com base no acesso a serviços públicos de qualidade, constituem a essência das diretrizes estratégicas do eixo Cidadão. Para terem sucesso, necessitam estar articuladas com cidades que mantenham equilíbrio com os demais ecossistemas e com um Estado que promove a cidadania.*

O Governo tem o papel de promover a **Cidadania**. Os direitos e deveres do Cidadão são o fundamento de todas as ações que trazem a sustentabilidade para a Cidade. Desse modo, *constituindo a base da pirâmide que se sustenta nos eixos Cidade e Cidadão, as diretrizes estratégicas do eixo Cidadania assumem compromissos com o planejamento e a execução de metas democraticamente estabelecidas, com a simplificação da máquina pública, e com o fortalecimento de uma sociedade que participa e controla as ações do Estado.*

INTELIGÊNCIA NA GESTÃO: UMA FORMA INOVADORA DE GOVERNAR

A transversalidade é, atualmente, vista como um dos fatores que mais contribuem para a qualidade dos resultados obtidos pelas organizações. É inegável que os recortes gerenciais estanques, tradicionalmente adotados pela administração pública, têm se mostrado ineficazes e prejudiciais à sociedade. Entre os resultados alcançados na fase de diagnóstico para a preparação deste Programa de Governo, destaca-se a percepção de que boa parte dos problemas enfrentados pelo atual GDF se deve à falta de um bom método de gestão. Em praticamente todas as áreas, considera-se que os recursos disponíveis são suficientes para oferecer serviços de qualidade, porém o governo não consegue planejar, é pouco eficiente e gasta mal.

Entendemos que a inteligência institucional e as soluções metodológicas de um organismo devem contribuir para a formulação de soluções efetivas em outros componentes do sistema.

O GDF, entendido como um sistema de alta complexidade, requer revisão profunda de suas práticas gerenciais e administrativas, com vistas a garantir o bem-estar da população em sua esfera de governança. Além disso, não se pode pensar em planejar e governar Brasília sem considerar os laços e as responsabilidades que unem nossa cidade aos municípios vizinhos, de Goiás e Minas Gerais, incluídos na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE).

No Programa de Governo da coligação *Somos todos Brasília*, a transversalidade será adotada como requisito primordial, pela aplicação de princípios norteadores das ações em todas as áreas da administração, e por meio de medidas que organizem e sintonizem as interações entre os órgãos do governo. O governo inovador, proposto pela coligação *Somos todos Brasília*, começa por mudanças radicais na gestão e na governança. Para que isso ocorra, os compromissos assumidos no eixo **Cidadania**, guiados pela proposta de realizar um *governo democrático, ético, participativo, transparente e inovador*, são transversais em sua essência e conectam as ações governamentais em todas as áreas que compõem o GDF.

A prioridade passa a ser o planejamento estratégico, com a definição dos agentes públicos responsáveis, em todas as áreas do GDF, por atingir objetivos e metas, e a identificação dos atores sociais envolvidos. Procedimentos e rotinas administrativas serão padronizados, de modo a facilitar a gestão e a fiscalização. A máquina estatal será radicalmente desburocratizada e simplificada, a partir do redesenho de processos-chave, da implantação de modelos eficazes de avaliação, com base em indicadores, e da concessão de incentivos para o cumprimento de metas.

Além da transversalidade conceitual, a governança lançará mão de processos transversais no planejamento, acompanhamento e avaliação, reunindo grupos intersetoriais para trabalho conjunto sobre iniciativas de alta complexidade. Esse procedimento, além de romper com as práticas vigentes de Secretarias que atuam isoladamente, potencializa o efeito sinergístico dos orçamentos, distribui responsabilidades, qualifica os gastos do governo e dispensa o aporte de novas verbas ao setor que liderar a iniciativa.

A corrupção será rigorosamente combatida por meio da modernização do sistema de compras públicas, com a presença da controladoria do GDF em todos os órgãos públicos e a participação popular nas ações governamentais. O controle social será estimulado e facilitado por medidas que incluem a constituição de um Conselho de Transparência e Contas Públicas, autônomo e independente, e a divulgação dos contratos e gastos realizados com dinheiro público, em linguagem clara e acessível, na internet e em painéis colocados em locais de grande afluência da população, tais como rodoviárias e estações de metrô.

Para que essas medidas tenham sucesso, é necessário reduzir o número de secretarias e órgãos comissionados e reestruturar os órgãos de governo, sob a ótica da eficiência e da transversalidade, além de automatizar os procedimentos governamentais. Estamos certos de que a viabilidade das nossas propostas depende da instituição de uma política vigorosa de informatização do governo, que promoverá a integração entre os órgãos públicos, e entre

estes e a população.

O eixo **Cidade**, que tem por princípio organizador o *desenvolvimento sustentável e integrado de Brasília e da RIDE*, inclui ações transversais nas quais o planejamento metropolitano e rural estabelece regras para instalação e aperfeiçoamento de infraestrutura e garante o direito à mobilidade do cidadão. Em consonância com as ações em áreas tipicamente transversais como o Meio Ambiente e a Ciência, Tecnologia e Inovação, os esforços do governo convergirão para dois objetivos centrais para a coligação *Somos todos Brasília*: melhorar, de forma significativa, a qualidade de vida do cidadão e promover o desenvolvimento econômico com sustentabilidade em Brasília e na RIDE.

A sustentabilidade aponta para a necessidade de harmonia entre as ações governamentais, os empreendimentos econômicos e os ecossistemas urbanos, rurais e naturais. No entanto, a busca pela sustentabilidade não pode ser vista como imposição de limites para o crescimento econômico. Vamos considerá-la como oportunidade para estabelecer uma economia qualificada, a qual poderá mudar paradigmas de aproveitamento de recursos naturais, adotar tecnologias mais eficientes e menos poluentes e promover, de fato, a justiça e o bem-estar social.

O eixo **Cidadão** tem como princípio organizador a *democratização de direitos e oportunidades*. Em nosso entendimento, as soluções para os atuais problemas da sociedade e para as necessidades identificadas em quase todas as áreas do governo convergem para a educação, considerada a base na formação do cidadão e na ampliação de oportunidades de inserção no mercado de trabalho, com ênfase na realização pessoal. Ações transversais na educação, associadas à cultura, ao esporte, ao lazer e às políticas públicas dirigidas a segmentos específicos da sociedade são instrumentos decisivos para promover a qualidade de vida, sendo a transversalidade das relações homem – *natureza* – *sociedade* um vetor da sustentabilidade.

Inteligência na gestão é, portanto, a forma de governar que a coligação *Somos todos Brasília* pretende adotar no planejamento e utilização dos recursos, na interlocução política e no diálogo com a sociedade, sempre guiados pelo objetivo primordial de promover o desenvolvimento sustentável e implantar a cultura da paz em nossa cidade.

EIXO PROGRAMÁTICO CIDADE

O acelerado processo de urbanização ocorrido ao longo do século XX no Brasil não se realizou de modo planejado e organizado. A segregação espacial instalada nas cidades brasileiras criou o cenário ideal para o aprofundamento das desigualdades econômicas e sociais. A ausência de planejamento urbano e metropolitano no contexto da intensa urbanização e do forte crescimento populacional gerou e continua a gerar exclusão social, degradação ambiental e ineficiência econômica.

No Distrito Federal, a situação não é diferente. Embora o Plano Piloto seja mundialmente reconhecido como um exemplo de urbanismo moderno bem sucedido, a ocupação do

restante do território ocorreu e se consolidou praticamente à margem de uma estratégia integrada de planejamento. Esforços anteriores não surtiram o efeito desejado, em função de diversos fatores relacionados à incapacidade gerencial e operacional do governo, à prevalência de interesses de grupos econômicos poderosos e à fragilidade econômica de Brasília.

A dinâmica socioeconômica da maioria das cidades de Brasília depende do Plano Piloto e, em muitas localidades, percebe-se a ausência do Estado, na gestão dessa relação de dependência. As desigualdades são evidentes: com menos de 10% da população de Brasília, o Plano Piloto concentra a grande maioria dos empregos existentes; a renda *per capita* do Plano Piloto é mais que o dobro da renda *per capita* média das demais Regiões Administrativas; além disso, o Plano Piloto chega a ter renda per capita mais que 10 vezes superior a de algumas cidades da Área Metropolitana.

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

Recuperar o papel do Estado como ordenador da ocupação territorial e indutor do desenvolvimento. Ao longo dos anos e de sucessivos governos, o poder público perdeu a capacidade de planejar a ocupação territorial e de induzir o desenvolvimento de Brasília. A incapacidade dos governos e a prevalência de interesses econômicos provocaram uma expansão desordenada das nossas cidades. Tal dinâmica não parece refletir as necessidades da população, além de agravar a segregação espacial e a degradação ambiental, prejudicando o desempenho econômico e a qualidade de vida na cidade.

Fortalecer as vocações locais, descentralizar e diversificar a economia. A concentração econômica e de bens e serviços públicos no Plano Piloto provoca diversos problemas, como os congestionamentos nos horários de pico. Somente uma estratégia consistente de dinamização socioeconômica, com vistas à distribuição equilibrada das atividades nas diferentes Regiões Administrativas, em consonância com a melhoria da infraestrutura e da oferta de serviços públicos de qualidade nas cidades será capaz de promover uma política eficiente para o desenvolvimento sustentável em Brasília.

Potencializar o papel da inovação, da tecnologia e das políticas sociais como promotoras do desenvolvimento e da geração de emprego e renda. Não se pode mais buscar o desenvolvimento de Brasília a qualquer custo, especialmente se esse custo representar degradação ambiental, agravamento das desigualdades socioeconômicas e redução da qualidade de vida da população. A estratégia de desenvolvimento deverá privilegiar o papel do empreendedorismo, das micro e pequenas empresas, da ciência e tecnologia e da inovação. Políticas sociais relacionadas à promoção da saúde, à universalização da educação de qualidade, ao estímulo à cultura, à garantia da segurança pública, à democratização de direitos e oportunidades devem ser articuladas e integradas, servindo de base para a qualificação do desenvolvimento em Brasília, nas cidades e no campo. O objetivo é crescer e se desenvolver, investindo na qualidade de vida das pessoas.

PLANEJAMENTO METROPOLITANO E RURAL

O processo histórico de ocupação territorial em Brasília é marcado pela prevalência do interesse de grupos, pela falta de planejamento e por soluções pontuais e incoerentes. Graves falhas na regularização fundiária e a omissão crônica do Estado geraram um quadro caótico que favorece a grilagem de terras e a corrupção. A concentração econômica no Plano Piloto relega vastas áreas consolidadas e populosas ao segundo plano nas políticas de promoção do desenvolvimento, enquanto outras têm suas vocações – urbanas, agrícolas, econômicas e ambientais – desperdiçadas.

A Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN) estima que, em 2030, Brasília terá 1 milhão de habitantes a mais que hoje. Neste cenário, serão necessárias 400 mil novas casas e apartamentos em relação ao número existente em 2010. A demanda por serviços públicos crescerá na mesma proporção, e oferecê-los com qualidade continuará a ser um desafio para o governo. O aumento vertiginoso do número de automóveis aponta para o colapso do sistema de mobilidade. Para evitar a significativa piora da qualidade de vida, é imprescindível enfrentar os desafios hoje e planejar o futuro de Brasília.

Uma concepção renovada de nossa cidade deve priorizar o planejamento da ocupação territorial de Brasília, a fim de promover o equilíbrio na distribuição dos equipamentos públicos, da infraestrutura física e da prestação de serviços de qualidade para a população, nas áreas residenciais, nos locais de trabalho e nas áreas de lazer. Para tanto, as políticas públicas devem ser integradas e transversais, com ênfase nas questões de educação, saúde, segurança, esporte, cultura, lazer, transportes e mobilidade, habitação, saneamento ambiental e desenvolvimento econômico com sustentabilidade.

Isso será possível com a adoção ou revisão de instrumentos coerentes de planejamento territorial: Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS), Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB) e Plano Diretor de Transporte Urbano e Mobilidade (PDTU), entre outros. Só assim poderemos superar a segregação espacial, dinamizar as cidades e a área rural de Brasília, descentralizar a geração de emprego e renda, combater a corrupção associada à ocupação ilegal da terra e reduzir o déficit habitacional, que atinge principalmente as populações de baixa renda.

Paralelamente, é imprescindível preservar e valorizar a área tombada de Brasília. O conjunto urbanístico da cidade sofre frequentes ameaças, sendo o PPCUB apenas a mais recente. Brasília é *Patrimônio Cultural da Humanidade* porque sua concepção é única. Portanto, merece ser preservada para as gerações futuras. O tombamento, em todas as suas dimensões, não deve ser visto como um entrave ao desenvolvimento da cidade e precisa ser recolocado em seu devido lugar, como uma magnífica oportunidade para se promover o desenvolvimento, particularmente nas áreas da cultura e do turismo. A singularidade do conjunto urbanístico de Brasília deve ser assimilada como valor cultural pelos moradores do Distrito Federal e por todos os brasileiros.

OBJETIVOS

• Resgatar a capacidade de planejamento do poder público, segundo uma concepção integrada e transversal, a fim de criar e consolidar cidades sustentáveis.

• Dotar o governo de recursos humanos, financeiros e materiais para planejar, ordenar, fiscalizar e controlar a ocupação territorial de Brasília.

• Reestruturar os órgãos de fiscalização ambiental e fundiária, com definição clara de atribuições e responsabilidades.

• Ampliar a participação e o controle social sobre o planejamento, o ordenamento, a fiscalização e o controle da ocupação territorial das áreas urbanas e rurais de Brasília.

• Adotar ou revisar instrumentos públicos coerentes de planejamento e ordenamento territorial: ZEE, PDOT, PPCUB, LUOS, PDTU, Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da AMB.

• Utilizar o potencial da Companhia Imobiliária de Brasília (TERRACAP) como agência de desenvolvimento urbano, incumbida de induzir a direção da expansão urbana em Brasília.

• Descentralizar regionalmente as atividades econômicas, os equipamentos e os serviços públicos, criando vínculos funcionais entre as cidades.

• Identificar áreas de expansão ou adensamento urbano.

• Promover regularização fundiária e ambiental, urbana e rural, de modo a combater a corrupção, reduzir a informalidade e desestimular a ocupação irregular do território.

• Garantir, nas condições definidas pela lei, a titulação de terras e fortalecer os pequenos e médios produtores rurais, eliminando-se a insegurança jurídica que ameaça as propriedades.

• Reduzir o déficit habitacional e de saneamento básico, especialmente para a população de baixa renda, seguindo uma concepção que integre ocupação territorial, mobilidade e prestação de serviços públicos básicos.

• Articular o planejamento metropolitano e rural com o planejamento do sistema de mobilidade, o fornecimento de infraestrutura e a proteção do meio ambiente.

• Modernizar a infraestrutura, os equipamentos e os serviços públicos, de acordo com a necessidade específica de cada região administrativa.

• Preservar o Conjunto Urbanístico de Brasília, a partir de debate amplo, transparente e participativo sobre o PPCUB.

• Melhorar a qualidade de vida da população, propiciando o acesso a escolas, postos de saúde, serviços e lazer, por meio de transporte público.

PROGRAMAS

CAPACIDADE DE PLANEJAR O USO DO ESPAÇO TERRITORIAL

A ocupação territorial em Brasília vem ocorrendo de modo desordenado e a capacidade de fiscalização dos órgãos responsáveis é reduzida. É urgente resgatar a capacidade do governo de planejar o uso de espaço territorial, por meio de instrumentos públicos adequados de planejamento e ordenamento. Este planejamento deve estar articulado com o sistema de mobilidade, o fornecimento de infraestrutura e a proteção do meio ambiente. Além disso, deve-se ampliar a participação e o controle social, em paralelo à reestruturação e reaparelhamento dos órgãos responsáveis.

A CODEPLAN deve funcionar como órgão de planejamento urbano e metropolitano, com capacidade de produzir e analisar Companhia Imobiliária de Brasília mapas, indicadores e informações sobre Brasília e sobre a RIDE. A TERRACAP deve atuar como uma verdadeira agência de desenvolvimento territorial, incumbida de orientar a expansão urbana em Brasília. Áreas para adensamento ou criação de novos núcleos populacionais devem ser identificadas segundo critérios transparentes e com vistas à superação do déficit habitacional, que atinge principalmente as classes menos favorecidas. À NOVACAP cabe atuar com excelência no projeto, na execução e no acompanhamento de obras civis.

Além disso, diante do processo desordenado de ocupação territorial, a implantação da infraestrutura necessária pelo Estado fica, muitas vezes, a reboque da criação de novos núcleos urbanos. Por outro lado, há diversas infraestruturas, principalmente eixos de transporte, subaproveitados. É preciso promover o melhor aproveitamento do potencial da infraestrutura instalada, com o adensamento responsável da sua área de influência, especialmente para reduzir o déficit habitacional das classes menos favorecidas. Com isso, busca-se estimular o desenvolvimento urbano ordenado, particularmente ao longo dos eixos de transporte coletivo já instalados, minimizar a necessidade de construção de infraestruturas novas e, consequentemente, melhorar a eficiência do gasto público.

Compromissos

- Reestruturação da CODEPLAN como órgão de planejamento urbano e metropolitano, restaurando a sua capacidade de produzir e analisar mapas, indicadores e informações sobre Brasília e sobre a RIDE.

- Reestruturação da TERRACAP como verdadeira agência de desenvolvimento territorial, incumbida de orientar a expansão urbana em Brasília.

- Reestruturação da NOVACAP para atuar com excelência no projeto, na execução e no acompanhamento de obras civis.

- Construção de habitações para população de baixa renda, dotadas de infraestrutura e serviços públicos.

• Política radical de arborização urbana.

• Implantação efetiva de Conselhos de Ordenamento Territorial e Mobilidade, em três esferas: Regional (em cada Região Administrativa), Distrital e na RIDE.

• Coesão e coerência entre os instrumentos públicos de planejamento e ordenamento territorial, garantindo que o ZEE e o PDOT orientem a elaboração e a aplicação da LUOS, do PPCUB e do PDTU.

• Articulação da criação e implementação do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Área Metropolitana de Brasília (AMB).

• Identificação, atendidos critérios sociais e ambientais, de novas áreas passíveis de edificação e de áreas com potencial de adensamento (residencial, comercial e para equipamentos públicos) em regiões com infraestrutura instalada, em especial ao longo dos eixos estruturantes de transporte coletivo.

USO LEGAL DO TERRITÓRIO

A história recente de Brasília é marcada por ocupações irregulares de terras, que, com o tempo, se consolidam e passam a demandar regularização. O objetivo principal deste programa é impedir novas ocupações irregulares e promover a regularização fundiária e ambiental, urbana e rural, em toda Brasília. A sustentabilidade política dessa medida será construída mediante cooperação com o Ministério Público e com os Poderes Legislativo e Judiciário, e ampliação da participação da sociedade na fiscalização e no controle da ocupação territorial. Para tanto, é imprescindível dotar o governo dos recursos humanos, financeiros e materiais necessários para fiscalizar e controlar a ocupação territorial de Brasília.

Compromissos

• Combate rigoroso à grilagem de terras públicas.

• Regularização das ocupações historicamente consolidadas, incluidos os condomínios, com estrita observância de condicionantes jurídicas e ambientais.

• Articulação entre Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público e TCDF para promoção da regularização fundiária.

• Reformulação do sistema de fiscalização fundiária, com definição clara de competências, inclusive para autuação em flagrante.

• Criação do Disque-Denúncia, um canal de comunicação entre governo e sociedade.

DESCENTRALIZAR EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS

As cidades de Brasília apresentam estágios muito distintos de desenvolvimento. O objetivo deste programa é promover a descentralização de equipamentos e serviços públicos de qualidade e criar vínculos funcionais entre as cidades, segundo uma visão de eixos de oportunidades com base territorial. Os empregos também se encontram concentrados no Plano Piloto, questão que será abordada em Programas na área de Desenvolvimento com Sustentabilidade.

Compromissos

- Implantação e consolidação de parques urbanos, vilas olímpicas, centros e espaços culturais, praças e feiras em toda Brasília.

- Implantação de novas unidades do *Na Hora* em Samambaia, Planaltina, Recanto das Emas, Santa Maria, Guará e Paranoá/Itapoã.

- Programa de estímulo ao desenvolvimento sustentável, com regime diferenciado de gestão e controle (TCDF e controle social) de empreendimentos estruturantes (regime jurídico e estrutura administrativa).

POLÍTICA DISTRITAL DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

O melhor conhecimento científico indica a gravidade e a urgência da mudança do clima. Ações para enfrentar o problema demandam muito mais tempo que o prazo de um ou dois mandatos executivos. Mas um governo responsável não pode ignorar a necessidade de implementar políticas de prevenção ou mitigação das emissões de gases de efeito estufa e de adaptação aos efeitos da mudança climática. O objetivo deste programa é valorizar as atividades econômicas de baixas emissões e promover a transição para a economia de baixo carbono em todos os setores econômicos de Brasília. Para alcançar esses objetivos, serão estimulados projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo e o poder de compra do Estado será direcionado para promover a sustentabilidade e a economia de baixo carbono.

Compromissos

- Revisão da Política Distrital de Mudança do Clima.

- Elaboração do Plano Distrital de Mudança do Clima.

- Elaboração de Planos Setoriais de Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima, para setores-chave, como habitação, energia, transportes, agropecuária, tratamento de resíduos e Bioma Cerrado.

- Criação do Fórum Distrital de Mudança do Clima.

• Realização do inventário distrital de emissões de gases de efeito estufa.

• Elaboração de mapa de riscos relacionados a eventos climáticos e respectivas medidas de adaptação recomendáveis.

• Reestruturação da Defesa Civil e elaboração do respectivo plano de atuação.

• Ligação de todas as unidades de conservação (existentes e novas) por corredores ecológicos.

• Consolidação do ZEE como instrumento base de planejamento da ocupação territorial, incorporando as dimensões de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

MEIO AMBIENTE

Apesar de ser indicado como um lugar ideal para a ocupação humana a partir de estudos sobre o meio ambiente conduzidos pela Missão Cruls, posteriormente detalhados com apoio da tecnologia mais avançada disponível na década de 1950, Brasília tornou-se, em pouco mais de 50 anos, um aglomerado urbano que acumula problemas ambientais cada vez mais graves.

Restam poucas áreas de vegetação natural, ameaçadas pela ocupação desordenada do solo e por propostas de novas áreas urbanas, e a maioria das Unidades de Conservação praticamente não saiu do papel. A oferta de água no período da seca praticamente se iguala à demanda. Parte significativa do esgotamento sanitário não é tratado e termina poluindo a maioria dos nossos rios e córregos. Os resíduos sólidos se acumulam em lixões, o maior deles ao lado do Parque Nacional de Brasília, e o sistema de drenagem de águas pluviais tornou-se tão defasado que enchentes são frequentes e já causaram vítimas fatais. A falta de regularização fundiária e ambiental gera uma insegurança jurídica prejudicial à definição de áreas de proteção ambiental nas zonas rurais e restringe as condições para a produção agrícola em moldes sustentáveis. E, para completar, a participação da sociedade na tomada de decisões e no acompanhamento das ações governamentais é muito limitada.

Na perspectiva do desenvolvimento sustentável e integrado de Brasília, nossas propostas para o Meio Ambiente reconhecem a transversalidade das questões ambientais e assumem compromissos com o funcionamento dos ecossistemas que garantem a água, o solo, o ar e os recursos naturais, essenciais para a qualidade de vida dos que aqui vivem. Propomos rigoroso planejamento para a ocupação do espaço urbano e das áreas destinadas a usos econômicos e à conservação de ambientes naturais. Defendemos a aplicação dos mais modernos conhecimentos disponíveis para dotar Brasília de infraestrutura adequada para as áreas urbanas e para o desenvolvimento econômico, e a promoção da justiça social, com prioridade para as demandas da sociedade, particularmente as dos mais carentes, além da garantia de ampla participação nos rumos que apontam para a sustentabilidade. Vemos um enorme potencial para tornar Brasília um polo de referência para o desenvolvimento sustentável, com inovação e tecnologia de ponta no uso de recursos naturais e desenvolvimento de produtos para a sustentabilidade.

Nesse sentido, a temática ambiental perpassa todas as áreas do nosso Programa de Governo. É fundamental incorporar a dimensão ambiental à formulação, à execução, à avaliação e ao controle das demais políticas públicas, como planejamento metropolitano, mobilidade, infraestrutura, educação e saúde. Por essa razão, ações relacionadas ao meio ambiente encontram-se distribuídas nas demais áreas temáticas. Contudo, algumas medidas específicas de caráter ambiental devem ser adotadas.

OBJETIVOS

- Atribuir transversalidade à política ambiental, na relação com as demais políticas públicas em Brasília.

- Promover a cultura da sustentabilidade nas atividades produtivas, na vida doméstica

e nas relações de consumo, de modo economicamente racional.

• Aproveitar o potencial econômico dos recursos ambientais e dos produtos da sociobiodiversidade, criando e desenvolvendo cadeias produtivas do Cerrado, segundo o melhor conhecimento técnico e econômico disponível, com o respeito e a inclusão dos povos e comunidades tradicionais.

• Reconhecer a importância dos serviços ambientais, por meio de incentivos creditícios e desburocratizantes, e de políticas de compras públicas.

• Fortalecer os órgãos ambientais e de fiscalização, definindo claramente suas atribuições na formulação e implementação de políticas ambientais integradoras, bem como instituindo mecanismos e instâncias de articulação e funcionamento desses órgãos.

• Promover a racionalidade e dar agilidade a processos de licenciamento e de regularização ambiental, assegurando a sustentabilidade e a proteção do meio ambiente.

• Ampliar e fortalecer as Unidades de Conservação da Natureza de Brasília, inclusive os parques urbanos, a fim de proteger a biodiversidade do Cerrado, os recursos hídricos e as áreas de recarga de aquífero.

• Fortalecer o Zoneamento Econômico Ecológico como ferramenta de planejamento e gestão socioambiental para orientar e balizar investimentos públicos e privados em Brasília.

• Implementar, em debate com os setores organizados da sociedade, Política Distrital de Mudanças Climáticas, que contribua para a redução de emissões e a valorização de atividades econômicas de baixa emissão de carbono.

• Desenvolver uma política integrada com a RIDE para proteção e recuperação das águas e das regiões de recarga de aquíferos do cerrado, que abastecem Brasília.

PROGRAMA BRASÍLIA VERDE

No centro das políticas de ordenamento da ocupação territorial de Brasília estará a preocupação com a proteção e uso sustentável do meio ambiente. O governo deve atribuir transversalidade à política ambiental. Um elemento-chave dessa estratégia é a existência de órgãos ambientais fortes, capazes de cumprir com eficácia e eficiência zelar pela proteção do patrimônio ambiental da sociedade, com eficácia e eficiência. Além disso, é preciso direcionar o poder de compra do Estado para a promoção de atividades sustentáveis e aproveitar o potencial econômico dos produtos da nossa sociobiodiversidade.

Compromissos

• Promoção da racionalidade e da agilidade em processos de licenciamento e de regularização ambiental, assegurando a sustentabilidade e a proteção do meio ambiente.

• Ampliação e fortalecimento das Unidades de Conservação de Brasília, inclusive os parques urbanos, a fim de proteger a biodiversidade do Cerrado, os recursos hídricos e as áreas de recarga de aquíferos.

• Estabelecimento de uma política de criação de corredores ecológicos entre grandes unidades de conservação, por meio da criação de pequenos parques e de parcerias com o setor agrícola e proprietários de chácaras para a viabilização do fluxo gênico.

• Levantamento do potencial econômico de produtos da sociobiodiversidade, com o objetivo de desenvolver cadeias produtivas do Cerrado, inclusive de recursos florestais, e promover a inclusão dos povos e comunidades tradicionais.

• Programas de incentivos creditícios e desburocratizantes, de compras públicas e de pagamento por serviços ambientais.

• Fortalecimento e integração dos órgãos ambientais e de fiscalização, com definição clara de suas atribuições na formulação e implementação de políticas ambientais.

• Formulação de uma política integrada com a RIDE para proteção e recuperação das águas e das regiões de recarga de aquíferos do cerrado que abastecem Brasília.

• Transparência na cobrança e na aplicação dos recursos de compensação ambiental.

• Recuperação de matas ciliares e outras áreas de preservação permanente.

• Programa de uso e conservação de florestas nativas e aproveitamento sustentável da biodiversidade no Distrito Federal.

• Promoção de programas de recuperação de áreas degradadas e de integração entre agricultura, florestas e pecuária.

MOBILIDADE

O modelo de mobilidade urbana centrado no alargamento de vias para escoar o crescente número de veículos movidos a combustíveis fósseis dá claros sinais de esgotamento e tem significativos impactos negativos sobre o clima e a qualidade do ar. O padrão de ocupação territorial de Brasília e a concentração econômica, cultural e de empregos no Plano Piloto induz movimentos pendulares, que fazem com que a população tenha de se deslocar por longas distâncias para realizar suas atividades cotidianas. Com uma das maiores taxas de motorização do Brasil, Brasília sofre com congestionamentos cada vez maiores.

Tendo em vista que a mobilidade é fundamental para a universalização do direito à cidade, cabe ao Estado promover as condições necessárias para aumentar a mobilidade da população, garantindo maior qualidade de vida para as pessoas e acesso aos bens e serviços disponíveis na cidade. É obrigação do poder público oferecer, direta ou indiretamente, alternativas ao automóvel, como calçadas e ciclovias conectadas e de qualidade, transporte coletivo eficiente, com o uso integrado de ônibus, metrô e trens urbanos e metropolitanos, a fim de avançar na transição para a economia de baixo carbono também no setor de transportes.

Além disso, o conceito de mobilidade deve estar associado à menor necessidade de deslocamento das pessoas, cabendo ao Estado promover a descentralização de bens e equipamentos públicos, bem como o desenvolvimento equilibrado, sustentável e integrado de todas as cidades de Brasília. Nesse contexto, é imprescindível associar o planejamento do sistema de mobilidade ao planejamento da ocupação do território, segundo uma concepção que integre transportes e desenvolvimento.

OBJETIVOS

- Desenvolver um sistema de transporte intermodal, que integre bicicleta, automóvel, ônibus, metrô e trens metropolitanos, de maneira racional e eficiente, em articulação com o planejamento urbano e metropolitano, com implantação do Bilhete Único.

- Priorizar o transporte não motorizado em relação ao motorizado e o motorizado coletivo em relação ao individual.

- Priorizar o transporte coletivo, concebido como um serviço público de baixo custo, digno e de qualidade, resgatando o papel do poder público na pesquisa, no planejamento, na regulação, na fiscalização e no controle do sistema.

- Promover o funcionamento sistêmico do transporte público, com o objetivo de tornar atrativo o transporte coletivo.

- Promover o uso de veículos movidos a combustíveis renováveis e pouco poluentes, como biocombustíveis e veículos elétricos.

- Integrar projetos de mobilidade urbana com projetos de desenvolvimento regional, associando eixos viários a eixos de oportunidades econômicas, em especial nas regiões de maior concentração populacional.

• Promover a criação de vínculos funcionais entre as cidades de Brasília por meio do fortalecimento de eixos de transporte coletivo, especialmente entre Ceilândia, Taguatinga, Samambaia, Recanto das Emas, Riacho Fundo 1 e 2.

• Ampliar o uso de bicicletas para deslocamentos diários casa-trabalho e casa-escola.

• Facilitar o uso das calçadas pelos pedestres.

• Promover acessibilidade para as pessoas com deficiência ou dificuldades de locomoção.

• Fortalecer os órgãos que compõem o sistema de mobilidade, por meio da capacitação dos recursos humanos, da racionalização de processos de trabalho e da utilização de equipamentos modernos e eficientes.

• Propor a criação de um novo arranjo institucional para o sistema de mobilidade urbana e semiurbana, que defina as atribuições de cada um dos governos da Área Metropolitana de Brasília (AMB), e que tenha o modal ferroviário como preferencial.

• Promover a paz no trânsito como política permanente de educação, de modo a prevenir acidentes e interferências no fluxo de pessoas, bens e serviços.

PROGRAMAS

BILHETE ÚNICO – INTEGRAÇÃO TARIFÁRIA DO SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO

O objetivo do programa é desenvolver a integração tarifária dos modais de transporte público, estabelecendo regras de comercialização e utilização do bilhete único com o propósito de gerar eficiência, economicidade e transparência do sistema.

Compromissos

• Implantação do Bilhete Único, com base em um Sistema de Integração das Tarifas.

• Controle social das finanças do sistema de transporte coletivo.

• Renegociação da modelagem econômica dos contratos para estabelecer novas formas de remuneração das empresas de transporte público (empresas de ônibus e Metrô/DF), para garantir a frequência do transporte público e o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos.

• Articulação para a integração tarifária dos sistemas de transporte público de Brasília e da RIDE.

• Ampliação do passe estudantil para acesso a atividades de lazer e cultura.

INTEGRAÇÃO FÍSICA E OPERACIONAL DO SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO

O objetivo do programa é promover o funcionamento sistêmico do transporte público, com a finalidade de tornar atrativo o transporte coletivo, desenvolvendo a integração operacional dos modais de transporte público. Concretamente, o programa tem como metas articular os modais de transporte público e mobilidade tanto no espaço (proximidade de estações e terminais) quanto no tempo (redução dos períodos de espera para baldeação).

Compromissos

• Renegociação dos contratos (ou assinatura de novos contratos) com as empresas de ônibus para estabelecer metas de tempo e novos itinerários.

• Aquisição de novos trens e melhoria da operação do Metrô/DF.

• Pesquisa origem-destino dos usuários (atuais e potenciais) de transporte coletivo.

• Campanhas educativas de utilização do transporte coletivo.

• Articulação para a integração física e operacional dos sistemas de transporte público de Brasília e da RIDE.

AMPLIAÇÃO DA MOBILIDADE e REDUÇÃO DE VIAGENS MOTORIZADAS e de ACIDENTES

O objetivo do programa é reduzir o número de deslocamentos motorizados e aprimorar a segurança viária, facilitando o uso de meios alternativos de transporte e de tecnologias inovadoras, para mitigar os problemas do transporte urbano.

Compromissos

• Revisão e ampliação do plano cicloviário (inclusive com a implantação de ciclovias e ciclofaixas entre as cidades), integração com sistema de transporte coletivo e campanhas educativas para promoção do uso intensivo da bicicleta.

• Melhoria das condições de segurança e iluminação pública, expansão e qualificação da malha de calçadas e ciclovias, inclusive entre as cidades, e campanhas educativas para promoção do uso intensivo da bicicleta.

• Política de estacionamentos para as áreas de maior trânsito, inclusive com a celebração de parcerias público-privadas para a construção de estacionamentos subterrâneos, em estrita observância dos princípios de proteção do patrimônio cultural.

- Plano de acessibilidade para pessoas com deficiência e dificuldades de locomoção.

- Instalação de bicicletários e vestiários em órgãos públicos e escolas.

- Desoneração da cadeia produtiva da bicicleta.

- Estudos para a transformação de vias em calçadões.

- Programa de teletrabalho nos órgãos públicos.

- Reescalonamento de horários de funcionamento dos órgãos públicos.

- Análise de viabilidade para implantação do anel viário de Brasília.

AMPLIAÇÃO DOS EIXOS DE TRANSPORTE PÚBLICO

O objetivo do programa é desenvolver corredores de transporte público, com a integração dos diferentes modais de mobilidade, ligando os centros urbanos de Brasília e da RIDE, favorecendo a criação e o fortalecimento de vínculos funcionais entre as cidades.

Compromissos

- Implantação do corredor de transporte coletivo ligando Sol Nascente, Ceilândia, Taguatinga e Riacho Fundo, via Avenidas Hélio Prates, Comerciais Norte e Sul e Pistão Sul de Taguatinga, preferencialmente por VLT.

- Implantação do corredor de transporte coletivo Norte, ligando o Plano Piloto a Sobradinho e Planaltina.

- Conclusão das estações do metrô na Asa Sul e extensão de linhas para Asa Norte, Samambaia e Ceilândia.

- Implantação do corredor de transporte coletivo ligando a Rodoferroviária à Praça dos Três Poderes, via Eixo Monumental, Sudoeste e Cruzeiro.

- Implantação do corredor de transporte coletivo ligando o Aeroporto à Asa Norte, via Terminal Asa Sul e Avenidas W-3 Sul e Norte até o Terminal Asa Norte.

- Implantação da Via Interbairros, ligando o Setor Policial Sul a Samambaia, passando por Guará, Águas Claras e Taguatinga.

- Construção do túnel de Taguatinga e implantação do corredor de transporte coletivo Oeste, ligando o Eixo Monumental ao Setor P-Sul da Ceilândia, via EPIG e EPTG.

TRENS REGIONAIS

O objetivo do programa é desenvolver ligações ferroviárias para transporte de passageiros e cargas, estimulando o desenvolvimento e a integração regional, por meio da provisão de uma infraestrutura eficiente de transportes.

Compromissos

- Articulação com instâncias estadual (Goiás) e federal para implantação do trem metropolitano Brasília-Luziânia.

- Articulação com instâncias estadual (Goiás) e federal para implantação do trem de média velocidade Brasília-Goiânia.

- Aproveitamento da infraestrutura da futura ferrovia Brasília-Goiânia para criação de uma linha de trem regional ligando Águas Lindas, Ceilândia, Taguatinga, Cidade Estrutural, Setor de Indústria e Abastecimento e Rodoferroviária.

INFRAESTRUTURA

A infraestrutura instalada no Distrito Federal – energia elétrica, água, esgoto, resíduos sólidos e drenagem urbana – está desgastada e será insuficiente para atender às demandas da sociedade no futuro próximo.

OBJETIVOS GERAIS

- Planejar, implantar, conservar e modernizar as infraestruturas urbanas de modo integrado e articulado, a fim de evitar ineficiência, retrabalho, desperdício de recursos públicos e incômodos recorrentes à população.

- Sanear as finanças das empresas públicas de infraestrutura, e assim permitir a prestação de serviços com excelência e recuperar a capacidade de investimento.

ENERGIA ELÉTRICA

A escassez de energia elétrica já é uma realidade que restringe nosso desenvolvimento econômico e provoca incômodos e prejuízos para a população. A CEB é incapaz de fazer frente aos desafios em função do aparelhamento político, da incompetência gerencial e da penúria financeira. É preciso resgatar a capacidade de planejamento e investimento da Companhia, modernizar a rede de distribuição, aprimorar a manutenção preventiva e corretiva e estimular a geração descentralizada de energia por fontes renováveis, com foco no uso doméstico e corporativo.

OBJETIVOS

- Garantir o fornecimento seguro de energia elétrica, com tarifas justas, respeito ao meio ambiente, eficiência energética e o mínimo de interrupções.

- Aprimorar a capacidade de receber e distribuir energia do Sistema Interligado Nacional.

- Melhorar o fornecimento de energia (inclusive iluminação pública LED e fotovoltaica), aprimorar a manutenção preventiva e minimizar o tempo de resposta da manutenção corretiva das redes de transmissão e distribuição.

- Estimular o desenvolvimento tecnológico e a geração descentralizada de energia por fontes renováveis, com foco no uso doméstico e corporativo.

PROGRAMA ENERGIA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O fornecimento seguro de energia elétrica é fundamental para destravar o desenvolvimento de Brasília. O objetivo deste programa é garantir esse abastecimento com sustentabilidade técnica, econômica, social e ambiental. Para isso, é necessário resgatar e modernizar a capacidade de planejamento, gestão e investimento da Companhia Energética de Brasília (CEB), bem como aprimorar os mecanismos distritais de regulação. A oferta de energia será

ampliada por meio de ações centralizadas, focadas na melhoria da capacidade de receber e distribuir energia proveniente do Sistema Interligado Nacional, e ações descentralizadas, com ênfase no estímulo ao desenvolvimento tecnológico e à geração distribuída de energia por fontes renováveis, com foco no uso doméstico e corporativo. A demanda também será gerenciada com base na promoção do consumo consciente, na melhoria da eficiência energética, na redução de perdas e no combate a ligações clandestinas. Essas medidas, associadas à melhoria da manutenção preventiva, à minimização de interrupções e à redução do tempo de resposta da manutenção corretiva, trarão maior estabilidade ao fornecimento. A maior disponibilidade de energia trará benefícios transversais em áreas como segurança pública, em função da implantação de sistemas mais efetivos de iluminação pública, e mobilidade urbana, ao permitir a intensificação da operação do Metrô/DF.

Compromissos

- Reestruturação da CEB, com saneamento das finanças, visão de futuro e gestão por resultados.

- Implantação de um moderno Centro de Operações, dotado de mecanismos eficientes de automação, monitoramento e controle a distância.

- Programa Brasília Solar: plano estratégico de geração descentralizada de energia e incentivos financeiros à implantação de equipamentos de micro e mini geração.

- Elaboração e implantação do plano de eficiência energética.

- Atualização tecnológica da rede de distribuição, com instalação de redes inteligentes e religadores automáticos.

- Criação e aprimoramento das instâncias (virtuais e presenciais) de interação entre a CEB, a sociedade e acionistas.

- Análise de viabilidade da expansão do gasoduto Petrobrás para aproveitamento na geração de energia.

ÁGUA E ESGOTO

Água. Brasília encontra-se nas cabeceiras de duas das três maiores bacias hidrográficas do País. Em função disso, possui um papel fundamental no quadro nacional, mas pouca disponibilidade hídrica para atender às necessidades da população local. No período da seca, o consumo chega a aproximadamente 98% da água disponível e uma estiagem mais prolongada pode tornar realidade o racionamento de água. É preciso aumentar a capacidade de captação e tratamento de água, por meio da proteção de nascentes e áreas de preservação permanente, recuperação de pequenas captações hoje comprometidas pela degradação ambiental e pela expansão urbana descontrolada, promover o consumo consciente e reduzir o desperdício de água.

OBJETIVOS

- Garantir água de qualidade e em quantidade necessária a todos, mediante a efetiva aplicação da Política Distrital de Recursos Hídricos e a valorização dos Comitês de Bacia Hidrográfica como órgão gestor e espaço de mediação de conflitos e interesses.

- Proteger os mananciais e ampliar o acesso à água potável para a população, incorporando a saúde humana, a qualidade ambiental e o uso sustentável como valores centrais na cadeia de produção da água.

- Viabilizar fontes alternativas e seguras de abastecimento de água.

- Reduzir o desperdício de água e minimizar as perdas na rede de distribuição.

- Promover a reciclagem, o reuso e o aumento de eficiência no uso da água.

Esgoto. O tratamento final de esgoto em Brasília é deficiente, o que compromete a qualidade da água e agrava o quadro de escassez. Alguns núcleos urbanos, por exemplo, sequer dispõem de tratamento adequado. Qualquer aumento na descarga de esgoto sanitário na bacia do Lago Paranoá pode ameaçar todo o enorme esforço de despoluição daquele corpo d'água fundamental para a qualidade de vida da população. É preciso ampliar a cobertura da rede de coleta e a qualidade do tratamento de esgoto.

OBJETIVOS

- Ampliar e modernizar a infraestrutura de coleta e tratamento de esgoto sanitário.

- Reduzir a quantidade de poluentes carreada para o Lago Paranoá.

PROGRAMA ÁGUA E ESGOTO – COBERTURA E QUALIDADE

Os serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto estão perigosamente próximos da capacidade máxima. O escopo deste Programa é ampliar a cobertura e a qualidade destes serviços, com o objetivo de promover a saúde e melhorar a qualidade de vida das pessoas. É fundamental proteger os mananciais e ampliar o acesso à água potável para a população, incorporando a saúde humana, a qualidade ambiental e o uso sustentável como valores centrais na cadeia de produção da água. A oferta de água deve contar também com fontes alternativas e seguras, inclusive mediante a recuperação de pequenos mananciais hoje degradados, a reciclagem e o reuso de água. A demanda deve também ser gerenciada, com base na promoção do consumo consciente, da redução do desperdício, da minimização de perdas na rede e no aumento da eficiência do uso. A coleta e o tratamento de esgotos devem ser ampliados e equilibrados em todas as cidades de Brasília. Para tanto, é imprescindível profissionalizar e despolitizar a gestão da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (CAESB), bem como aprimorar os mecanismos distritais de regulação.

Compromissos

• Reestruturação da CAESB, com saneamento das finanças, visão de futuro e gestão por resultados.

• Atualização e implantação do plano de gestão integrada dos recursos hídricos.

• Elaboração e implantação do Plano de Saneamento Básico de Brasília.

• Recuperação de matas ciliares e outras Áreas de Proteção Permanente (APP), e proteção das áreas de recarga de aquíferos.

• Criação e aprimoramento das instâncias (virtuais e presenciais) de interação entre a CAESB e a sociedade.

• Captação de água em Corumbá 4 para Brasília.

• Fortalecimento dos Comitês de Bacia Hidrográfica.

• Realização de campanhas educativas para uso e consumo conscientes da água, e proteção do lençol freático.

• Elaboração e implantação do plano de eficiência hídrica.

• Incentivo à individualização de hidrômetros.

• Consolidação de consórcio público integrado por Brasília e pelos municípios da RIDE.

• Ampliação e qualificação da infraestrutura de tratamento de esgoto.

RESÍDUOS SÓLIDOS

É inaceitável que a capital federal sequer realize uma coleta seletiva eficaz de lixo e o despeje a céu aberto, em um verdadeiro lixão onde vivem milhares de pessoas, em condições subumanas e sujeitas a acidentes graves e mesmo fatais. Além disso, o lixo é despejado às margens do Parque Nacional de Brasília, contaminando o lençol freático e ameaçando a integridade ambiental do Parque. É urgente reestruturar os órgãos encarregados do tema, equilibrar a coleta de lixo entre as cidades de Brasília, criar centros de compostagem e de triagem de recicláveis, desativar o lixão da Estrutural, implantar um aterro sanitário eficiente e dar condições dignas de trabalho para trabalhadores da limpeza urbana e para catadores de materiais recicláveis.

OBJETIVOS

• Garantir a coleta e o tratamento dos resíduos sólidos, bem como estimular sua redução, reutilização e reciclagem, promovendo condições dignas de trabalho para os catadores de materiais recicláveis.

• Minimizar os impactos ambientais causados pela geração de resíduos sólidos.

• Maximizar benefícios sociais e econômicos com a otimização dos serviços.

• Reduzir o volume de resíduos sólidos gerados.

PROGRAMA RESÍDUOS SÓLIDOS – REDUÇÃO E RECICLAGEM

A forma como o lixo é gerenciado na capital federal é inaceitável. Este Programa tem por objetivo reduzir os impactos sociais e ambientais e aproveitar o potencial econômico dos resíduos sólidos gerados em Brasília. Isso será alcançado com a redução do volume de lixo gerado, a implantação de uma coleta seletiva efetiva, a instalação e operação de um aterro sanitário moderno e eficiente, e o desenvolvimento das cadeias produtivas da compostagem e da reciclagem. Uma condição básica para tornar realidade esses objetivos é dotar o governo de processos e estruturas racionais e eficientes de gestão. É preciso definir claramente, e sem sobreposições ou lacunas, as atribuições institucionais de cada órgão encarregado do tema. Paralelamente, é fundamental garantir condições dignas de trabalho e geração de renda para trabalhadores da limpeza urbana e catadores de materiais recicláveis. Outra injustiça histórica que será corrigida diz respeito à necessidade de equilibrar a frequência da coleta de lixo em todas as cidades de Brasília.

Compromissos

• Reestruturação do Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal (SLU), com saneamento das finanças, visão de futuro e gestão por resultados.

• Racionalização do arcabouço institucional responsável pela gestão dos resíduos sólidos.

• Elaboração e implantação do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos para Brasília e para a RIDE.

• Implantação efetiva do novo aterro sanitário.

• Fechamento e recuperação ambiental do Lixão da Estrutural.

• Implantação de centros de compostagem e de triagem de materiais recicláveis.

• Realização de campanhas de conscientização sobre 4Rs (renúncia, redução, reuso e reciclagem).

- Implantação efetiva da coleta seletiva.

- Implantação de sistema de logística reversa para tipos prioritários de resíduos (construção civil, perigosos, hospitalares, tóxicos, pneus e PET).

- Consolidação de consórcio público integrado por Brasília e pelos municípios da RIDE.

- Política de incentivo às cooperativas de catadores, não só para triagem, mas também para reciclagem.

DRENAGEM URBANA

A expansão sem planejamento e sem controle da ocupação territorial provoca a crescente impermeabilização do solo, gerando sobrecarga na rede de drenagem de águas pluviais, que se mostra insuficiente e necessitada de manutenção. É preciso restaurar a capacidade de planejamento e investimento da NOVACAP e implantar uma concepção de drenagem urbana que privilegie a infiltração no solo e a redução do escoamento superficial, por meio da microdrenagem, da drenagem verde e do estímulo à captação e ao reuso de água de chuva em edificações.

OBJETIVOS

- Modernizar o sistema de drenagem pluvial de Brasília de modo a garantir a redução do escoamento superficial e maximizar a infiltração no solo e o reuso.

- Minimizar os processos erosivos decorrentes do escoamento superficial de águas pluviais.

- Recuperar, ampliar e qualificar a rede de drenagem de águas pluviais de Brasília.

PROGRAMA DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS

A rede de drenagem urbana de Brasília dá claros sinais de obsolescência e sobrecarga. É urgente recuperar, ampliar, qualificar e modernizar essa rede, de modo a garantir a redução do escoamento superficial e maximizar a infiltração no solo e o reuso da água de chuva. Com isso, busca-se minimizar os processos erosivos decorrentes do escoamento superficial da água, que acaba por obstruir as galerias e, em consequência, provoca inundações nas vias de circulação de veículos e pessoas. Além disso, é importante promover a melhoria da qualidade da água de drenagem urbana mediante a redução de lixo nas ruas, por exemplo. Para tanto, é fundamental recuperar a capacidade de planejamento e execução da NOVACAP em relação ao tema, bem como aprimorar mecanismos distritais de regulação.

Compromissos

• Reestruturação da NOVACAP, com saneamento das finanças, visão de futuro e gestão por resultados.

• Restauração, ampliação e qualificação da rede de drenagem pluvial, para evitar alagamentos de vias de trânsito de veículos e pedestres.

• Implantação ou qualificação de estruturas de drenagem nas áreas verdes de Brasília, que garantam o máximo de infiltração e o mínimo de escoamento superficial das águas pluviais (microdrenagem, drenagem verde, entre outras).

• Aplicação da legislação distrital que aumenta a capacidade de infiltração em vias públicas.

• Programa de estímulo à captação e reuso de águas pluviais em edificações.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

O Distrito Federal é a unidade da federação com o maior índice de escolaridade do país. Porém, tal potencial ainda não se traduz em um destaque equivalente na geração de produtos e serviços baseados em inovação, de maior valor agregado e que gerem emprego e renda qualificados. A falta de investimentos e estímulos em todo o ciclo de desenvolvimento da inovação faz com que muitos talentos de Brasília tenham de procurar outros centros, e até mesmo outros países, para exercitar o seu potencial empreendedor. A recente aprovação pela Câmara Legislativa do Distrito Federal de Emenda à Lei Orgânica que aumenta gradualmente os investimentos na FAPDF até o patamar de 2% da receita corrente líquida do Distrito Federal representa uma enorme oportunidade para Brasília. É preciso criar as estruturas e desatar os entraves burocráticos, de forma a aproveitar ao máximo esse valioso recurso para o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação em Brasília.

Desde a criação de Brasília, a dinâmica econômica do Distrito Federal tem sido baseada nos empregos e contratações realizados pela administração pública. Fora da atividade pública, destaca-se na atividade econômica o peso do comércio e da prestação de serviços. Para gerar maior dinamicidade econômica, com competitividade para exportação e geração de empregos qualificados, é fundamental que se incorporem no sistema produtivo de Brasília novas tecnologias produtivas e de gestão.

A ciência, a tecnologia e a inovação devem ser incorporadas à estratégia de desenvolvimento de Brasília. Essa área precisa assumir posição de destaque, servindo como instrumento orientador de políticas públicas de promoção do desenvolvimento, de geração de emprego e renda e de melhoria dos serviços públicos, especialmente da educação, da saúde e da segurança pública. Com isso, haverá oportunidades de agregar valor à produção econômica e, em consequência, de qualificar o desenvolvimento de Brasília, inovando em processos, práticas e produtos.

OBJETIVOS

- Garantir a efetiva aplicação dos recursos destinados à Ciência, Tecnologia e Inovação, evitando cortes nos repasses.

- Reestruturar a Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF), melhorando a infraestrutura, ampliando e qualificando o quadro de pessoal.

- Estimular as inovações locais no setor produtivo por meio de um programa de encomendas tecnológicas de Brasília, investindo também em tecnologias sociais que aumentem a qualidade de vida da população.

- Transformar Brasília em uma área destacada pela grande capacidade de inovação e alta concentração de empresas de tecnologia e centros de ensino tecnológico.

- Promover acesso ao crédito, em especial para micro e pequenas empresas, e estimular a inovação e o empreendedorismo tecnológico, a fim de viabilizar investimentos de empresas intensivas em conhecimento, com ênfase em empreendimentos sustentáveis.

• Instalar infraestrutura de comunicação de alta velocidade que permita a prestação de serviços públicos por meio digital e o acesso à Internet para órgãos do governo, entidades comunitárias e para a população.

• Reconhecer, através de política específica, o acesso à Internet como um direito social indispensável ao pleno exercício da cidadania e ao acesso aos serviços de governo eletrônico.

• Utilizar o poder de compra do Estado para promover a inovação, o desenvolvimento e a transferência de tecnologia, estimulando a criação de produtos e processos inovadores em Brasília.

• Garantir o efetivo funcionamento do Parque Tecnológico Capital Digital por meio da definição de um modelo de negócios que assegure o desenvolvimento econômico da região.

• Desenvolver um parque tecnológico de biotecnologia que explore a vocação e o potencial de Brasília nessa área.

PROGRAMA INOVAÇÃO NAS EMPRESAS

O programa propõe o reconhecimento pela Administração Pública de Brasília da importância das atividades de Ciência, Tecnologia e Inovação para o desenvolvimento econômico local. Será feita uma reestruturação das estruturas públicas de incentivo à inovação, em especial a Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF), para que possam realizar o efetivo repasse dos recursos destinados a esta área, gerando maior desenvolvimento econômico, científico e tecnológico. Além disso, outras ações serão realizadas, tais como: criação de um programa de encomendas tecnológicas, identificação e promoção de áreas portadoras de futuro alinhadas com as vocações locais, e instituição de um Prêmio de Tecnologias Inovadoras.

Compromissos

• Lançamento regular de Editais de financiamento à inovação pela FAPDF, garantindo a continuidade da aplicação de recursos, em especial nas seguintes áreas:

  • Estímulos para novas empresas de base tecnológica – *startups* e incubadoras;

  • Encomendas tecnológicas;

  • Estímulo à inovação nas micro e pequenas empresas, inclusive mediante extensão tecnológica e disponibilização de recursos não reembolsáveis, conforme previsto da Lei da Inovação;

  • Bolsas de pesquisa, professores visitantes, visitas técnicas e intercâmbio.

- Cadeias produtivas sustentáveis – potencialidades de Brasília:

- Pesquisas científicas.

• Criação de linha crédito do Banco Regional de Brasília (BRB) para empresas que invistam em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação.

• Capacitação da FAPDF para exercer plenamente o seu papel institucional.

• Criação do Prêmio Candango de Tecnologias Inovadoras e Banco de Ideias Inovadoras de Brasília.

• Elaboração de uma política distrital de Ciência, Tecnologia e Inovação.

• Criação de comitês técnicos de avaliação dos programas e investimentos da FAPDF.

• Fortalecimento dos polos de desenvolvimento e vocações de Brasília, visando ao aumento da geração de patentes e direito de autor, e à criação de um banco de talentos da área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

• Criação das Incubadoras voltadas para o público jovem em cada região de Brasília, com apoio da UnB, do Sebrae e das Secretarias de Trabalho e de Ciência, Tecnologia e Inovação.

DESENVOLVIMENTO COM SUSTENTABILIDADE

A população de Brasília tem crescido, nas últimas décadas, em ritmo superior à média nacional. Tal aumento populacional não foi acompanhado pelo crescimento econômico, que esbarrou em questões estruturais não resolvidas, como a burocracia, a baixa diversificação da economia e a falta de estímulo ao empreendedorismo. Esse descompasso entre alto crescimento populacional e baixo crescimento econômico fez com que Brasília atingisse índices de desemprego na faixa de 12%, enquanto a média nacional calculada pelo IBGE para o primeiro trimestre de 2014 foi de 7,1%.

Além do modesto desenvolvimento econômico, as desigualdades regionais também não foram atacadas. As cidades de Brasília foram expandidas sem o devido planejamento e sem aproveitar o potencial econômico representado pelas vocações de cada lugar, gerando uma intensa concentração dos empregos no Plano Piloto, comprometendo a mobilidade e a qualidade de vida da população. A dinâmica econômica entre as cidades de Brasília, que deveria ser de complementaridade, cresceu na forma de dependência. Este é o cenário que precisa ser revertido para que Brasília se torne, novamente, o motor de desenvolvimento de toda a região.

O desenvolvimento econômico que se pretende para o Distrito Federal deverá gerar impactos no curto, médio e longo prazo sobre a vida das pessoas. Para isso, é fundamental que sejam consideradas políticas que gerem emprego e renda, mas também que tal desenvolvimento seja sustentável para a sociedade e para as comunidades locais.

Tal sustentabilidade será alcançada por meio de inovações induzidas pelo setor público, pela redução de entraves para o bom funcionamento das organizações privadas e pela promoção de um desenvolvimento integrado entre as várias regiões de Brasília e da RIDE, considerando as vocações e necessidades de cada localidade.

O que se busca é uma maior qualificação do desenvolvimento de Brasília. Se a concentração econômica e de bens e serviços públicos no Plano Piloto é fonte de diversos problemas enfrentados pela nossa metrópole, ela também se mostra como uma oportunidade para o desenvolvimento futuro do campo e das cidades, em bases economicamente eficientes, ambientalmente responsáveis e socialmente justas.

Despertar e impulsionar as vocações locais constituirá um importante motor do desenvolvimento, mediante a promoção de políticas e programas para geração de emprego e renda nas Regiões Administrativas, com forte apoio aos empreendedores individuais e às micro e pequenas empresas. Essa lógica deve estar presente em iniciativas destinadas a revigorar os instrumentos de desenvolvimento regional e impulsionar os diversos setores para a sustentabilidade, tais como: agroecologia, agricultura, pecuária, indústria, serviços, comércio e turismo.

OBJETIVOS

- Criar um ambiente de negócios favorável a investimentos, removendo entraves burocráticos que dificultam o funcionamento das empresas, a liberação de empreendimentos, a concessão de alvarás e o acesso ao crédito.

• Criar um ambiente de inovação em Brasília, com novos marcos legais que facilitem e estimulem a interação de empresas com Universidades e centros de pesquisa e desenvolvimento.

• Implantar polos regionais de desenvolvimento que não sejam centrados apenas na oferta de terras, mas que estejam baseados em capital humano, arranjos produtivos locais e visão arrojada de futuro.

• Desenvolver as vocações econômicas e os arranjos produtivos locais, criando novas oportunidades de negócios baseados nos princípios da cidadania e da sustentabilidade.

• Desenvolver políticas vigorosas de atração de investimentos em projetos estratégicos, inseridos em políticas proativas de crescimento econômico sustentável.

• Promover o desenvolvimento integrado da Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal e Entorno (RIDE), estimulando o potencial econômico da região.

• Usar o poder de compra do Estado para promover o desenvolvimento, estimulando cadeias produtivas sustentáveis.

• Acelerar a criação de empregos na agricultura, na indústria, no comércio e nos serviços, por meio do empreendedorismo, da inovação e da sustentabilidade.

• Promover o desenvolvimento de micro e pequenas empresas, com programas específicos de extensão científica e tecnológica e incentivo ao empreendedorismo.

• Promover a agricultura familiar, a agricultura orgânica e a agroecologia, estimulando a alimentação saudável e o consumo consciente, para gerar emprego e renda de maneira sustentável, com a garantia da segurança alimentar da população.

• Promover a regularização fundiária das propriedades rurais elegíveis de Brasília, priorizando a agricultura familiar e a produção de alimentos e observando os critérios ambientais e sociais.

• Estimular a cadeia produtiva do turismo, especialmente o turismo de eventos, o turismo cívico e o turismo rural e ecológico, consolidando a “marca Brasília”.

PROGRAMAS

AMBIENTE DE NEGÓCIOS PARA AS EMPRESAS

O programa busca melhorar o ambiente de negócios, com o objetivo de facilitar o bom funcionamento das empresas, em especial no seu relacionamento com o setor público. Busca-se, sobretudo, a simplificação dos processos governamentais ligados à abertura,

manutenção e fechamento de empresas, concessão de alvarás, expansão do crédito produtivo, incentivo ao desenvolvimento econômico sustentável, e à sustentabilidade da produção.

Compromissos

- Desburocratização com transparência.

- Foco na competitividade.

- Expansão da capacidade dos postos de atendimento integrado, para tornar mais rápida a abertura e o fechamento de empresas, a concessão de alvarás e a regularização de pendências.

- Criação de um Portal do Empreendedor, que reúna informações sobre o funcionamento de empresas em Brasília, com um sistema de acompanhamento *online* da tramitação dos processos de concessão de alvarás, abertura e fechamento de empresas.

- Expansão do crédito ao setor produtivo com foco em micro, pequenas e médias empresas, e naquelas voltadas ao desenvolvimento da sustentabilidade.

- Instituição de linhas de financiamento no BRB para modelagem de franquias "de Brasília" e para instalação de novas unidades de franquia em Brasília.

- Incrementar a promoção de Brasília e a captação de investimentos.

TRABALHO INOVADOR

Este programa reconhece a importância da geração de empregos para que o desenvolvimento econômico possa de fato se incorporar à realidade das famílias. Com isso em mente, busca inovar tanto no conteúdo quanto na forma de fomento às modalidades de trabalho no Distrito Federal. Quanto ao conteúdo, será priorizada a atração de empresas com elevado potencial de geração de empregos. Quanto à forma, os empregos em diferentes modalidades serão preferíveis e incentivados, inclusive com a realização de experiência-piloto no GDF, em ações como o teletrabalho.

Essas iniciativas buscam elevar a geração de empregos, ao mesmo tempo em que é reduzido o impacto da mobilidade de grandes contingentes populacionais no trajeto casa-trabalho sobre o transporte público e privado. Além disso, a capacitação em gestão para microempreendedores e empreendedores em potencial busca prepará-los para a formalização de suas atividades e a geração de postos de trabalho. Serão criados ainda projetos específicos para estimular a empregabilidade em diferentes segmentos identificados, tais como: pessoas com deficiências, desempregados em situação de vulnerabilidade social, egressos do sistema prisional, alunos e ex-alunos de escolas públicas.

Compromissos

• Programa-piloto de teletrabalho, com a criação de centros de teletrabalho, e reescalonamento dos horários de trabalho no âmbito do GDF.

• Integração de ações da Agência do Trabalhador para atuar em frentes distintas, *online e offline:*

  • Intermediação de vagas de emprego entre empresas e cidadãos.

  • Capacitação para empreendedorismo, melhoria da empregabilidade de jovens e adultos (inclusive primeiro emprego), reeducandos e pessoas com deficiência, incluindo cursos para vocações locais e outros.

  • Cursos gratuitos de capacitação de adultos desempregados sem nível fundamental, incluindo bolsa auxílio e auxílio transporte.

  • Cursos de capacitação em gestão de pequenos negócios – modelo "escola do empreendedor" – ligando a participação nos cursos à liberação do acesso ao microcrédito.

• Fortalecimento e expansão da economia solidária, do cooperativismo e da oferta de microcrédito.

• Atração de novos empreendimentos intensivos em trabalho e em conhecimento para Brasília.

• Oferecimento de oportunidades de prestação de serviço e obtenção de qualificação e renda para a população desempregada e em situação de vulnerabilidade social.

• Programa de reinserção social de egressos do sistema prisional por meio de intermediação de mão de obra, capacitação, contratação para serviços gerais por empresas terceirizadas do GDF, entre outras.

• Disponibilização de laudo médico, avaliação psicoprofissional e orientação para mercado de trabalho para pessoas com deficiência.

• Programa Jovem Empreendedor, com ampliação da oferta de capacitação técnica, criação de Empresas Juniores ligadas às escolas de Brasília e mecanismos de incentivo ao empreendedorismo jovem, como a criação de linha de crédito específica, com taxas e procedimentos diferenciados.

INTERNET GRATUITA EM LOCAIS PÚBLICOS

A democratização do acesso à internet possibilita uma maior inclusão social do cidadão, uma vez que no ambiente virtual estão disponíveis serviços de educação, informações e outros

serviços públicos e privados diversos. O acesso à internet garante maior disponibilidade dos serviços de governo eletrônico aos cidadãos, tais como marcação de consultas médicas, acesso a boletins escolares, registro de ocorrências policiais, entre outros. O programa disponibilizará internet gratuita sem fio (*wifi*) em diferentes áreas públicas do Distrito Federal, com especial atenção às áreas de maior presença dos cidadãos no seu dia a dia, tais como escolas, hospitais, metrô, parques, praças, terminais rodoviários. Buscando democratizar o acesso, serão escolhidos ao menos um parque ou praça de cada Região Administrativa para instalação do acesso sem fio, além das estações de metrô e seus vagões, entre outros.

Compromissos

- Acesso gratuito à internet sem fio em diferentes locais públicos de Brasília.

- Acesso aos serviços de Governo Eletrônico sem custos para a população.

- Acesso direto do governo à população, através de cadastro integrado, o que permitirá a integração com os serviços públicos de governo eletrônico disponíveis para o cidadão na educação, saúde, assistência social, entre outras.

FORTALECIMENTO DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E matérias primas E DO USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS

A proposta deste programa é a elevação da produção sustentável de alimentos no Distrito Federal para que a diferença entre a produção e o consumo local seja diminuída, fortalecendo a economia agrícola, a agricultura familiar e orgânica, e aumentando a qualidade dos alimentos consumidos pela população. Com esta finalidade, haverá um esforço governamental de regularização fundiária de propriedades elegíveis, o que favorecerá o acesso ao crédito agrícola. Para aumentar a renda das famílias assentadas no campo, serão criados pontos de comercialização para agricultura orgânica familiar e um selo de certificação de produtos desse tipo.

Em relação ao uso sustentável de recursos naturais, propõe-se a melhoria do uso dos produtos da biodiversidade do cerrado e dos recursos madeireiros, por meio de certificação da produção sustentável de madeira como forma de incentivar o uso de florestas plantadas no abastecimento local em detrimento da exploração predatória.

Compromissos

- Asfaltamento e manutenção de estradas vicinais em Brasília para escoar a produção agropecuária.

- Implementação da Lei 12.024/2009, viabilizando a titulação direta das áreas rurais de Brasília.

- Ampliação da aquisição direta do produtor para abastecimento de escolas, creches, hospitais, quartéis e unidades do sistema carcerário.

• Valorização da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (EMATER) e de seus servidores, por meio da ampliação dos quadros funcionais, articulando suas ações com suas congêneres da RIDE.

• Expansão competitiva da base industrial no setor agropecuário, agroecológico e agroextrativista.

• Política permanente de apoio ao seguro rural e sua ampliação para sistemas agroflorestais.

• Projeto de uso e ocupação do solo baseado no Zoneamento Ecológico-Econômico de Brasília, em articulação com a RIDE.

• Ampliação e dinamização de Câmaras Setoriais e prospecção de novas culturas pelos Conselhos de Desenvolvimento Regional e EMATER, devidamente articulados com o Governo Federal e instituições de pesquisa e desenvolvimento.

• Apoio à criação e uso de selo/certificação de produtos agropecuários, agroecológicos e florestais de Brasília.

• Destinação de espaço dedicado à comercialização de produtos orgânicos e agroecológicos na Central de Abastecimento do Distrito Federal (CEASA), em entrepostos e à realização de feiras de produtores para estimular o consumo local.

TURISMO EM BRASÍLIA

Reconhecendo Brasília como um hub de transporte de passageiros no Brasil, um ponto de entrada no Centro-Oeste para os visitantes da região e um importante polo de turismo de negócios, este programa busca aproveitar o fluxo natural de pessoas, direcionando-as a outras dimensões locais: cívica, rural, ecológica, esportiva, gastronômica, e outras. Serão criados e divulgados roteiros de visitas rápidas ao Plano Piloto e a Brasília como um todo, com sugestões de atrativos de diferentes tipos, para diferentes interesses. Buscando fortalecer ainda mais a vocação natural da cidade para o turismo de eventos, será articulada a criação de uma agenda de eventos esportivos, com especial atenção para os esportes náuticos no Lago Paranoá, além da criação de um plano de incentivos para a realização de eventos de negócios na rede hoteleira da cidade, em períodos de baixa demanda sazonal. Por fim, considerando-se a existência de atrativos naturais em Brasília que vão além do Plano Piloto, serão criados e divulgados roteiros e mapas turísticos que apresentem toda a potencialidade de Brasília para o turista que se dispõe a permanecer por mais tempo. Os programas de turismo estarão articulados com ações em diversos outros programas, nas áreas de cultura, educação, meio ambiente, políticas para segmentos e desenvolvimento econômico, entre outras.

Compromissos

• Utilização do turismo como elemento integrador de diferentes políticas públicas para o desenvolvimento de Brasília.

• Criação de um plano estratégico de desenvolvimento integrado do turismo, incluindo destinos, agenda e roteiros, inclusive turismo cívico.

• Implantação do Projeto Orla.

• Implantação de infraestrutura adequada nas praias do Lago Paranoá, conforme zoneamento elaborado pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranoá.

• Oferta de capacitação profissional nas atividades relacionadas ao turismo.

• Articulação com as diferentes áreas do governo buscando transformar Brasília em um destino com áreas urbanas revitalizadas, polos de alta tecnologia, arte, cultura e economia criativa a serem visitados, além de áreas rurais bem estruturadas para o turismo.

• Criação do mapa turístico expandido de Brasília, da RIDE e região Centro-Oeste.

• Incentivo a novos equipamentos para o turismo de eventos, conjugado com circuitos de turismo de fim de semana.

• Destinação de parte da verba de publicidade para a promoção de Brasília, em âmbito nacional e internacional, como destino turístico.

• Fortalecimento do Conselho de Turismo (Condetur).

• Construção de um grande centro de exposições e comercialização de artesanato.

• Estímulo ao turismo receptivo.

• Criação de roteiros para o turista em trânsito em Brasília, articulados às facilidades de mobilidade entre equipamentos e corredores culturais, pontos de eventos e atrações turísticas.

• Articulação de uma agenda de eventos de esportes aquáticos no Lago Paranoá.

• Criação do Plano de Festas Regionais, com aproveitamento da dimensão religiosa e do turismo rural e ecológico em todas as cidades de Brasília.

• Adequação do sistema de transporte público às necessidades do turismo, inclusive com a instalação de sinalização turística adequada em todas as cidades de Brasília.

INDÚSTRIA

Por se tratar do segmento econômico com elevada agregação de valor à produção, o setor industrial deve ser destacado na política de desenvolvimento econômico do Distrito Federal. Será criada uma linha de financiamento para cadeias produtivas sustentáveis e indústrias limpas em Brasília, estudando-se ainda incentivos específicos para os estabelecimentos industriais dessa natureza. O uso do poder de compra do Estado também será considerado na política de desenvolvimento industrial, com a identificação de itens que possam ter sua produção local induzida pela demanda governamental. Para o bom funcionamento dessas e de outras ações governamentais de promoção industrial, será intensificado o controle da entrada e saída de mercadorias nas fronteiras do Distrito Federal.

Compromissos

- Estabelecimento de diálogo permanente com entidades de classe, federação das indústrias e sociedade.

- Política industrial voltada para a sustentabilidade e expansão competitiva da base industrial e do parque instalado, especialmente no setor de alta tecnologia e economia criativa.

- Instituição de linha de crédito especial para financiamento de atividades industriais limpas e cadeias sustentáveis.

- Plano de desenvolvimento industrial de Brasília e suas regiões administrativas.

- Operacionalização de postos de fiscalização da Receita Distrital em todas as entradas e saídas de Brasília, visando valorizar o comércio e a indústria local.

COMÉRCIO E SERVIÇOS

Comércio e serviços são atividades que representam um importante pilar da economia de Brasília. Juntas, eles representam cerca de 50% do Produto Interno Bruto e geram mais de 80% do total de postos de trabalho de Brasília (excluídas as atividades da administração pública). O objetivo deste programa é instituir ações que facilitem o bom funcionamento desses importantes setores econômicos em Brasília, tendo como base as interações entre empresas e poder público e o poder de compra do Estado.

Compromissos

- Redução do tempo de aprovação de projetos construtivos, concessão de alvarás e emissão do habite-se.

- Articulação para que a Junta Comercial passe a funcionar sob a jurisdição do Distrito Federal, possibilitando uma maior integração de processos e maior agilidade no atendimento às demandas do empreendedor.

• Estímulo ao desenvolvimento de empresas de Brasília por meio do estabelecimento de preferência nas compras governamentais para empresas locais.

• Revisão da carga tributária de Brasília para criação de um ambiente favorável aos investimentos, ao aumento da competitividade, à sustentabilidade e à geração de emprego e renda.

POLO DE DESENVOLVIMENTO E VOCAÇÕES

O objetivo deste programa é a criação de polos de desenvolvimento regional em Brasília, considerando-se as vocações e trajetórias já percorridas economicamente por cada Região Administrativa. Serão mapeados os Arranjos Produtivos Locais (APLs) existentes em Brasília, com posterior estabelecimento de políticas específicas para seu efetivo desenvolvimento. Nesse processo, a reformulação do Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal (PRÓ-DF) ocupa papel de destaque. Será realizada ainda capacitação de pessoas para que possam suprir as necessidades do Polo Tecnológico Capital Distrital, que também terá seu modelo revisto no intuito de atrair empresas de alta tecnologia para Brasília, gerando um polo de desenvolvimento específico.

Compromissos

• Arranjos Produtivos Locais de maior potencial econômico em Brasília devidamente identificados e mapeados, com planos de ação para o seu desenvolvimento.

• Apoio técnico-institucional às prefeituras da RIDE para articulação dos APL e polos tecnológicos de Brasília.

• Revisão e efetiva implantação do PRÓ-DF, para descentralizar o desenvolvimento econômico e a geração de emprego e renda.

• Estímulo à geração e à difusão de conhecimento em Brasília, por meio do efetivo funcionamento do Parque Tecnológico Capital Digital.

• Implantação do Parque tecnológico de biotecnologia.

• Aumento da geração de patentes e direitos de autor em Brasília.

• Criação do banco de talentos da área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

• Implantação de infraestrutura definitiva em polos de desenvolvimento regionais.

EIXO PROGRAMÁTICO CIDADÃO

A fundação de Brasília teve como princípio o ideal de igualdade e justiça. A cidade foi criada como um centro de poder onde seria possível ordenar trabalho, sonhos e uma 'vida aprazível', como disse Lúcio Costa em seu projeto. Entretanto, o desenvolvimento consolidou-se no sentido contrário. Embora apresente uma das rendas médias mais altas do país, a maior taxa de pessoas com nível superior completo, amplo acesso à internet e às telecomunicações, constituindo ilhas de qualidade de vida, o desenvolvimento desigual reflete as escolhas das políticas públicas efetivadas ao longo das décadas. Além do desenvolvimento excludente, os serviços públicos pecam pela baixa qualidade, baixa cobertura, má gestão e pouca transparência.

Diretrizes Estratégicas

Promover a justiça social. Os princípios da solidariedade e da igualdade devem balizar as políticas públicas. O desenvolvimento de Brasília tem concentrado a renda, os benefícios e a proteção do Estado em alguns segmentos. Uma sociedade melhor e mais justa é aquela em que as oportunidades são oferecidas a todos, sem qualquer distinção, e na qual se busca eliminar barreiras estruturais, promovendo grupos e setores mais vulneráveis. O crescimento de uma cidade deve ser ambicioso, mas deve ser ético, justo e baseado no diálogo e no entendimento, sem deixar para trás, marginalizados, cidadãs e cidadãos que muito têm a contribuir para a sociedade. Por isso, priorizar políticas sociais e implementá-las de acordo com o princípio da equidade é fundamental para construirmos um Distrito Federal melhor.

Ampliar o acesso e garantir serviços públicos de qualidade. O dever do Estado é oferecer serviços públicos de qualidade. Em Brasília, entretanto, parte da população não tem acesso pleno aos serviços disponíveis e a qualidade oferecida é baixa quando comparada com os recursos disponíveis. Filas nas matrículas de escolas, baixa oferta de cursos de línguas, música, artes, de atividades esportivas e de atividades culturais; longa espera por atendimento médico e por exames nos hospitais, e a sensação de falta de segurança fazem parte da realidade local. O Estado deve estar a serviço da cidadania, e não de grupos específicos. Para isso, é preciso estabelecer melhores instrumentos de gestão, investir nos servidores públicos de todas as áreas, inovar, aumentar a transparência e o controle social, e dialogar com a sociedade.

Promover a qualidade de vida e o desenvolvimento humano. O ser humano e sua relação harmônica com a vida devem ser o centro das estratégias de governo. O desenvolvimento pleno de suas capacidades e a criação das condições para isso serão prioritárias nas ações do Estado. Pretendemos construir cidades em que predominem boas escolas e saúde adequada para todos, que promovem uma cultura de paz, solidariedade e respeito aos direitos humanos e ao meio ambiente.

EDUCAÇÃO

A educação de Brasília apresenta indicadores medíocres. Nos anos finais do ensino fundamental, a média de desempenho no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)/ 2011, foi de 3,9; no ensino médio, 3,1, em uma escala de 10 pontos. No Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA)/ 2013, exame que avalia alunos de 15 anos em todo o mundo, enquanto o Brasil apresenta melhoras marginais, Brasília piora. A cobertura também é deficiente.

O acesso à Educação Infantil é mais baixo do que a média do Brasil e 352.315 pessoas acima de 15 anos (13,7% da população de Brasília) poderiam estar cursando o ensino fundamental, mas não o estão fazendo. No ensino médio, a taxa de reprovação de alunos é elevadíssima (22,6%), o que leva à alta distorção idade-série, ao abandono e à evasão. Contingentes enormes de jovens são privados do acesso à educação técnica e profissionalizante, dentre outros problemas estruturais. Há muitas escolas em mau estado e mal equipadas. Além disso, os profissionais e trabalhadores da educação estão insatisfeitos e desmotivados, com poucas oportunidades de desenvolvimento profissional.

É preciso enfrentar o problema de baixa cobertura setorizada, bem como investir fortemente em estratégias para a melhoria da qualidade da educação, com escolas integrais, projetos pedagógicos alinhados com as realidades das famílias e das comunidades, currículos flexíveis, assistência técnica e pedagógica às escolas e formação inicial e continuada dos profissionais da educação. Para aprender mais, é preciso fazer mais.

OBJETIVOS

- Ampliar a cobertura do sistema educacional em todos os níveis, priorizando-se a universalização da Educação Básica.

- Priorizar a Educação Infantil em todas as suas fases, universalizando o atendimento com qualidade para a faixa etária acima de 4 anos e ampliando significativamente o atendimento de 0-3 anos.

- Ampliar o número de creches públicas e estimular a oferta de matrículas gratuitas em creches conveniadas com o poder público, por meio da concessão de certificado de entidade beneficente de assistência social (comunitárias, confessionais ou filantrópicas, sem fins lucrativos), até que haja vagas na rede pública.

- Garantir a oferta de vagas em escolas próximas das crianças e jovens, nas cidades onde moram, de modo a se reduzir deslocamentos que os vulnerabilizam.

- Oferecer as condições materiais para a educação, recuperando a infraestrutura física das escolas e de suas áreas adjacentes.

- Promover a educação integral em jornada integral, que incorpore novos conhecimentos, saberes e tecnologias, que valorize as diversidades social, cultural e ambiental, o conhecimento colaborativo e o fazer conectado com a vida cotidiana.

• Ampliar e fortalecer o EJA – Educação de Jovens e Adultos – de forma a atender ao enorme contingente da população com baixa escolaridade.

• Expandir a rede de Centros Interescolares de Línguas e de Escolas Especializadas – em Ciências, Humanidades, Saúde, Música e áreas tecnológicas.

• Valorizar profissionais e trabalhadores da educação com carreiras estruturadas, remuneração digna e qualificação adequada às demandas e aos desafios da sociedade contemporânea e atenta às particularidades de cada nível e modalidade de ensino.

• Promover e garantir a formação inicial e continuada de profissionais da educação nos diversos níveis e redes de ensino para uma educação inclusiva, garantindo a elaboração de materiais didático-pedagógicos que incorporem as perspectivas dos direitos humanos.

• Promover o fortalecimento da capacidade técnica das escolas, o acesso a novas tecnologias, a diversificação de currículos e o acesso a formas diferenciadas de avaliação.

• Tornar a gestão escolar democrática, eficiente e inovadora, descentralizada e transparente, com a utilização de modernas técnicas gerenciais combinadas com a adoção de boas práticas e a participação efetiva da comunidade escolar na tomada de decisões.

• Conceder maior autonomia administrativa e financeira às escolas para que possam otimizar seus processos.

• Buscar a colocação ótima de professores nas escolas, racionalizando-se a alocação de professores por especialidades.

• Diminuir o déficit no quadro de pessoal do sistema público de educação, para atender à demanda presente e à futura expansão do sistema.

• Criar mecanismos de avaliação sistêmica do desempenho, com vistas a melhor diagnosticar o estado geral de gerenciamento, ensino e aprendizagem.

• Promover arranjos que permitam a adaptação do ensino ao desempenho e à aptidão do alunado, nas diferentes disciplinas.

• Difundir as metodologias que levem em conta as diferenças individuais e o conhecimento colaborativo, a simulação, os jogos, o fazer conectado com a realidade cotidiana e global.

• Assegurar a universalização do acesso das pessoas com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, independente da idade, nas

escolas regulares e/ou nas unidades especializadas.

• Dotar as direções e coordenações de instrumentos para atrair e manter os alunos, bem como para envolver famílias e comunidades no processo educativo.

• Articular os serviços de assistência social e saúde com as escolas, não somente visitas médicas e odontológicas e realização de diagnósticos múltiplos com equipes multidisciplinares que incluem, entre outros, fonoaudiólogos, pediatras, nutricionistas e assistentes sociais, mas também diagnóstico da situação socioeconômica e afetiva dos adolescentes e da família.

• Melhorar os índices de aprendizado, com pleno apoio à escola, ao professor e ao aluno, inclusive com a criação de sistemas de avaliação próprios, promovendo o fluxo escolar adequado (reduzir repetência e distorção idade-série, bem como evasão e abandono).

• Articular a Secretaria de Educação com a área de Defesa Social, de modo a se prevenir a violência nas escolas.

• Promover políticas e programas de inserção e formação para o trabalho, voltados para jovens e adultos que respondam às demandas e necessidades reais do setor produtivo.

• Erradicar o analfabetismo, hoje abaixo dos 3%, mas resiliente nas faixas etárias mais avançadas, com oferta mais ampla e direcionada do EJA.

• Promover políticas e programas para o envolvimento da comunidade e dos familiares das pessoas em privação de liberdade, com atendimento diferenciado, de acordo com as especificidades de cada medida e/ou regime prisional, considerando suas necessidades educacionais específicas.

• Coordenar ações com os municípios da RIDE, de forma a se atender todo o alunado sem comprometer a cobertura e a qualidade dos serviços.

• Buscar a ampliação gradativa de recursos próprios para a educação em Brasília.

PROGRAMAS

AMPLIAÇÃO DA COBERTURA

O principal foco do programa é colocar todas as crianças e adolescentes de 4 a 17 anos na escola, universalizando o ensino básico (infantil de 4 e 5 anos, fundamental e médio), e atrair o máximo possível de jovens e adultos para a escola. Também irá atuar fortemente no atendimento da educação infantil de 0 a 3 anos e na educação voltada para o trabalho. Não se perderá de vista a ampliação de vagas no ensino superior em áreas estratégicas e o

atendimento mais satisfatório da população prisional.

Compromissos

Educação Infantil

• Construção sustentável de creches e de centros de educação infantil (0 a 5 anos), com prioridade para Regiões Administrativas de mais baixa renda.

• Ampliação de convênios com entidades filantrópicas, oferecendo acompanhamento técnico-pedagógico, apoio operacional e fiscalização das entidades.

Ensino Médio

• Construção sustentável de escolas de ensino médio, com prioridade para as regiões de mais baixa renda.

Ensino Superior

• Criação de faculdades distritais para atendimento da demanda em áreas estratégicas do conhecimento.

Educação Técnica e Profissional

• Construção sustentável de escolas profissionalizantes, em locais estratégicos e com currículos voltados para o mercado de trabalho.

• Expansão da oferta de cursos profissionalizantes nas áreas de tecnologia, saúde, artes e serviços, para jovens e adultos.

• Formação de parcerias com o setor não governamental para ampliar a qualificação profissional (formas de financiamento, ensino e inserção no mercado, via estágios e programas de aprendiz).

• Construção de Escola de Referência da Saúde, em Ceilândia.

Educação Especial

• Manutenção e apoio às escolas especiais de Brasília, e ampliação de escolas inclusivas.

• Ampliação de estratégias de identificação e do atendimento de alunos com altas habilidades/ superdotação, com qualificação de professores e envolvimento das famílias.

Educação de Jovens e Adultos

• Ampliação da oferta, em turno noturno, do Educação de Jovens e Adultos (EJA), principalmente para viabilizar o acesso do jovem trabalhador à educação formal.

• 25% das matrículas de educação de jovens e adultos e idosos na forma integrada à educação profissional, nos ensinos fundamental e médio, em consonância com as propostas do Plano Nacional de Educação.

Educação Prisional

• Implantação de projeto para envolvimento de familiares e da comunidade na formação e na inserção econômica dos educandos.

• Criação de mecanismos de atração dos jovens que cumprem medidas socioeducativas fora da unidade para as escolas, visto que apenas os que estão presos são obrigados a frequentá-la.

EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL

O objetivo do programa é a promoção gradativa da jornada integral nas escolas, baseada no princípio da educação integral, ou seja, com a incorporação de novos conhecimentos e tecnologias, ciências, artes, desporto, cultura, distribuídos equitativamente ao longo da jornada. Será preciso promover projetos pedagógicos que sejam efetivos e contemplem as realidades locais, bem como envolver famílias e comunidades no processo.

Compromissos

• Reforma e adaptação de escolas para atender às necessidades da educação integral em tempo integral, com o objetivo de universalizá-la em Brasília.

• Contratação e qualificação de professores para todos os níveis de ensino.

• Flexibilização, integração e adaptação curricular.

• Realização de parcerias com a comunidade e com o setor não governamental para a expansão de atividades nas escolas.

• Criação de círculos de debates sobre arte e cultura, bem como recriação dos cineclubes e iniciativas ligadas à cultura.

• Contratação de pessoas da comunidade para oferecer atividades complementares.

• Criação de um processo de acompanhamento permanente do aluno com baixo desempenho.

APRENDER MAIS

O objetivo do programa é criar um ambiente favorável ao aprendizado, por meio de reformulação de currículo, fortalecimento da capacidade técnica das escolas, acesso a tecnologias e articulação de um conjunto de iniciativas pró qualidade do ensino. Com isso, pretende-se aumentar a eficácia da alfabetização e reduzir repetência, distorção idade-série, evasão e abandono.

O programa retomará e adequará diversos projetos bem-sucedidos implantados durante a gestão de Cristovam Buarque no GDF, como a Mala do Livro, Cesta Pré-Escola (criada para suprir a necessidade de creches), Escola em Casa (estudantes de ensino médio oferecendo reforço escolar aos de ensino fundamental), Escola Candanga, entre outros, bem como recuperará a infraestrutura física das escolas e de suas áreas adjacentes.

Compromissos

- Retorno da Poupança Escola para os estudantes de ensino médio.

- Criação do programa de intercâmbio internacional de seis meses para estudantes de ensino médio.

- Oferta de ensino médio noturno com currículo flexível baseado no sistema de créditos.

- Uso de novas tecnologias para disseminação de informação e práticas.

- Distribuição de *tablets* a todos os alunos de ensino médio das escolas públicas.

- Capacitação de professores para a transição entre os anos iniciais e os anos finais, e criação de incentivos para os professores dos anos finais do ensino fundamental.

- Criação de mecanismos de proatividade da escola, para busca do aluno que evade.

- Implantação do Custo Aluno Qualidade - DF, seguindo orientações do CNE.

- Adoção de currículos flexíveis, especialmente nos ensinos médio e profissionalizante.

- Adequação de currículos para introduzir educação ambiental, educação para a diversidade, cultura da paz e cidadania, especialmente, nesta última, no que diz respeito a direitos e garantias constitucionais.

- Fortalecimento da educação científica, mediante Programa de Educação Científica na Educação Básica de Brasília, vinculado à FAPDF e em parceria com a CAPES, o CNPq e a SBPC.

- Reforço de conteúdos e habilidades básicas em Matemática e Língua Portuguesa,

especialmente em raciocínio lógico e interpretação e produção de textos.

• Redução do tamanho de turmas.

• Articulação das ações da saúde e assistência social nas escolas.

• Apoio a projetos pedagógicos alinhados com as necessidades dos alunos e comunidades.

• Integração entre salas de aula e bibliotecas, transformando o bibliotecário em "agitador cultural".

• Envolvimento dos pais e da comunidade no desenvolvimento das atividades escolares.

• Abertura das escolas para a comunidade fora dos horários de aulas, como espaços culturais, desportivos e de lazer.

• Reforma, adequação e complementação de escolas para acessibilidade.

• Adequação e complementação das escolas com quadras de esportes, auditórios, bibliotecas, laboratórios de ciências, línguas e artes.

• Melhora da oferta de transporte escolar.

• Produção de materiais pedagógicos da Educação Básica que promovam o diálogo, a cooperação e o respeito às diferenças, a igualdade de direitos, sem discriminações por motivo de credo, orientação sexual, identidade de gênero, de raça e etnia, a inclusão das pessoas com deficiência, a educação ambiental, a sustentabilidade e a qualidade de vida.

• Criação de clubes de interesse e olimpíadas em cada Região Administrativa, com premiação dos melhores alunos.

• Estímulo à participação em olimpíadas regionais e nacionais de conhecimento.

• Criação de plataforma de educação à distância com vídeo-aulas para reforço escolar e preparação para vestibular e concursos públicos.

VALORIZAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO QUADRO DE PROFISSIONAIS E TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO

O programa pretende criar uma série de incentivos para os profissionais e trabalhadores da educação. Inclui a formação inicial e continuada, remuneração digna e carreira estruturada. Por meio de parcerias com o Governo Federal e com universidades, centros de ensino, organizações não governamentais e organismos internacionais, ofertar cursos conectados

com a realidade das escolas, dos alunos e das comunidades. Promoverá, ainda, a reposição de quadros nas unidades, de forma a dar aos profissionais da educação melhores condições de trabalho.

Compromissos

- Elaboração, com a participação dos profissionais e dos trabalhadores da educação, de planos de carreira e salários, com foco na melhoria da qualidade do ensino.

- Plano de formação inicial e continuada de professores para todos os níveis e modalidades de ensino, a partir de uma qualificação que contemple competência gerencial, técnicas de ensino, uso de novas tecnologias e construção de valores.

- Capacitação dos professores de ensino médio nos exames nacionais e ingresso no ensino superior.

- Capacitação dos professores e gestores escolares no combate ao preconceito e a quaisquer formas de e discriminação.

- Cursos de formação superior em Educação ofertados pela Secretaria de Educação (a exemplo dos cursos na área de saúde oferecidos pela FEPECS), de modo a implantar, paulatinamente, a Universidade do Distrito Federal.

- Criação de critério de cotas ou pontuação extra nos concursos públicos de professores para os alunos com bom desempenho na escola superior.

- Contratação de professores e recomposição e capacitação das equipes administrativas.

- Garantia de acesso a tecnologias e conteúdos que promovam o desenvolvimento dos corpos docente e discente.

- Promoção de ações junto à sociedade que aumentem a autoestima, a motivação e o respeito aos professores.

- Criação de mecanismos de retenção de professores nas Regiões Administrativas, especialmente as mais carentes e distantes.

MODELO DE GESTÃO E AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

O Programa pretende tornar a gestão escolar da Secretaria, Regionais e escolas inovadora, eficiente, descentralizada, democrática e transparente, por meio de modernas técnicas gerenciais combinadas com a adoção de boas práticas e a participação efetiva da comunidade escolar na tomada de decisões. Além disso, pretende buscar novas formas de avaliação da aprendizagem, da unidade escolar e do sistema de educação como um todo, com o estabelecimento de metas e resultados desejáveis a partir da realidade local. Busca

ainda a ampliação gradativa de recursos próprios para a educação em Brasília.

Compromissos

- Plano Diretor de Educação para os próximos 20 anos, ligado à Lei Orgânica do Distrito Federal.

- Ampliação da descentralização financeira dos recursos para as escolas, com controle social exercido por meio de transparência de contas e acompanhamento por associações de pais e mestres.

- Liberação do Programa de Descentralização Administrativa e Financeira (PDAF) dentro de períodos pré-estabelecidos e de forma transparente.

- Reorganização dos conselhos escolares de forma a consolidá-los e fortalecê-los, inclusive oferecendo capacitação dos seus membros.

- Resgate do papel das equipes técnico-pedagógicas das regionais de ensino, para auxílio técnico-pedagógico e disseminação de boas práticas.

- Criação de um sistema próprio de avaliação das escolas, e de monitoramento por metas pelos órgãos regionais e centrais de administração da educação pública do Distrito Federal.

- Aumento das gratificações de cargos de gestão dentro da escola, de forma a atrair mais profissionais para as funções.

- Articulação de ações com a área de segurança pública visando reduzir a violência nas escolas.

- Integração da escola com atores econômicos locais.

A gestão ineficiente e a falta de articulação da rede de saúde provocam um erro de fluxo: as portas de entrada são os pronto-socorros dos hospitais, e as filas para atendimento são cada vez maiores. Brasília apresenta baixa cobertura do Programa Saúde da Família, concorrendo para precarizar ainda mais a assistência da Atenção Básica. A resolutividade na atenção básica também é muito baixa, fazendo com que diagnósticos e tratamentos que poderiam ser feitos nesse nível de atenção acabem sendo transferidos para o atendimento de média e alta complexidade.

O acesso é difícil e a rede pública está sobrecarregada, o que gera demora no atendimento, no diagnóstico e no tratamento. Vale destacar que pacientes com necessidades terciárias, como a oncologia (tratamento de câncer), e quaternárias, como a reabilitação, têm dificuldades enormes de se tratar no sistema público, já que a oferta desses tratamentos é baixa. A assistência à saúde mental também precisa ser reestruturada. De acordo com o Índice de Desenvolvimento do Sistema Único de Saúde (IDSUS), indicador que avalia o desempenho do SUS, em 2012 o Distrito Federal ocupava a 20ª posição, entre as 27 Unidades da Federação. O quadro se torna mais grave pela pressão das regiões limítrofes e pelo afluxo de pacientes de outros Estados.

É extremamente necessário melhorar a atenção básica e a qualidade de atendimento dos níveis de média e alta complexidade.

OBJETIVOS

- Modernizar a gestão, de modo a torná-la mais descentralizada e eficiente, inclusive do ponto de vista financeiro, definindo metas específicas de cobertura, qualidade e padronização do atendimento público em saúde.

- Promover a cooperação entre administração pública, sociedade e academia na gestão do sistema de saúde.

- Integrar os níveis de atenção e apoio à saúde, possibilitando a promoção integral da saúde à população.

- Promover a eficiência dos principais processos-chave da saúde, acelerando e qualificando o atendimento, diagnóstico e tratamento dos pacientes.

- Aprimorar a gestão dos recursos financeiros destinados à saúde.

- Qualificar de maneira permanente o quadro de profissionais da saúde, de modo a que possam prestar atendimento efetivo e alinhado em todos os níveis de atenção do SUS, ampliando, principalmente, a atuação da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde (FEPECS).

- Restabelecer os quadros das áreas profissionais da saúde mais carentes.

• Fomentar parcerias entre universidades, faculdades, institutos de pesquisa locais, regionais, nacionais e internacionais para cooperação científica e tecnológica em saúde, bem como para a melhoria da formação contínua dos profissionais de saúde.

• Ampliar a cobertura da atenção básica à saúde em Brasília, com ênfase na expansão da Estratégia de Saúde da Família e foco nas regiões com piores indicadores de saúde.

• Promover a diminuição da procura por atendimentos nos hospitais, em casos nos quais a Atenção Básica possa suprir a demanda.

• Promover políticas e ações assistenciais, preventivas e educacionais de saúde em consonância com a realidade das escolas públicas e particulares de Brasília.

• Promover a educação da população quanto aos fatores responsáveis pela boa saúde e quanto à prevenção de fatores que levam ao adoecimento.

• Fortalecer políticas públicas destinadas a promover mudanças sóciocomportamentais da população.

• Elevar o acesso e a qualidade da assistência de média e alta complexidade, ampliando e reorganizando a estrutura hospitalar em Brasília, bem como revitalizando as adequações físicas e tecnológicas das unidades que a compõem.

• Fortalecer a atenção a segmentos sociais (mulheres, negros, idosos, pessoas com deficiência e jovens) na Atenção Básica, de média e alta complexidade.

• Fortalecer e aprimorar a Assistência Domiciliar.

• Implantar policlínicas odontológicas.

• Estabelecer parcerias com o Governo Federal, estados e municípios da RIDE para implementação integrada e complementar de políticas e ações de saúde.

• Restituir os impostos distritais incidentes sobre remédios.

PROGRAMAS

AMPLIAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE

O objetivo deste programa é priorizar a Atenção Básica à saúde em Brasília e qualificá-la, focando nas regiões com piores indicadores. Será dada ênfase à expansão do Programa Saúde da Família, com a inclusão de mais profissionais nas equipes da saúde e a valorização dos agentes comunitários, bem como a maior integração com as escolas públicas e privadas. Tal medida reduzirá a procura por atendimentos hospitalares.

Compromissos

• Aumento do número de agentes comunitários e de equipes do Programa Saúde da Família nas zonas urbana e rural.

• Construção, ampliação e revitalização de Unidades Básicas de Saúde, Unidades de Pronto Atendimento e Núcleos de Apoio ao Saúde da Família, bem como de equipamentos necessários à execução das atividades em cada unidade.

• Ampliação do quadro de profissionais nos quadros da Atenção Básica.

• Melhora do acesso aos serviços de saúde, por meio de um sistema de gerenciamento e regulação integrada que envolva o prontuário único, a mesa de regulação (agendamentos, transferências e encaminhamentos) e ações de coordenação entre, hospitais, centrais de exames, Serviço de Atendimento Médico de Urgência (SAMU), Unidades de Pronto Atendimento (UPA) e Unidades de Terapia Intensiva (UTI).

• Entrega em domicílio de medicamentos para pacientes idosos, com deficiência ou doenças graves.

• Devolução dos impostos distritais sobre medicamentos, via Nota Legal.

• Compartilhamento da gestão da Atenção Básica com instituições de ensino superior públicas e privadas.

FRENTE PREVENTIVA-EDUCACIONAL

O foco deste programa é promover a educação da população e fortalecer políticas públicas para promover mudanças sociocomportamentais, reforçando hábitos responsáveis pela boa saúde e prevenindo fatores que levam ao adoecimento. Pretende-se integrar tais ações de prevenção e educação em saúde ao cotidiano das escolas públicas e particulares de Brasília.

Compromissos

• Plano Integrado de Ações Preventivas e Educativas em Saúde, de acordo com o perfil epidemiológico de cada região.

• Estímulo a parcerias público-privadas para realização de campanhas preventivas e educativas em saúde, bem como ao correto acesso aos serviços de saúde.

• Promoção de ações educativas em veículos de comunicação de massa, inclusive por meio da definição de um percentual de orçamento destinado a campanhas publicitárias de promoção da saúde.

• Ações de fomento a práticas esportivas para condicionamento físico, consciência corporal, flexibilidade, força e coordenação motora, bem como ações de reeducação alimentar.

• Campanhas de prevenção a doenças.

• Implementação de ações de combate a doenças sexualmente transmissíveis, com foco na população escolar e em grupos vulneráveis.

• Implementação de ações alternativas de saúde, com base na Política Nacional de Práticas Integrativas (por exemplo, acupuntura e homeopatia, entre outras), utilizando, preferencialmente, espaços de saúde já existentes.

• Reestruturação da Vigilância em Saúde para participação proativa na frente promocional de saúde, e integração com as demais áreas da saúde.

FORTALECIMENTO DA ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

O programa pretende ampliar o acesso e a qualidade da assistência de média e alta complexidade em Brasília. Irá reorganizar a estrutura hospitalar, bem como revitalizar as adequações físicas e tecnológicas do complexo hospitalar. Buscará também fortalecer o Programa de Humanização dentro das Unidades de média e alta complexidade.

Outras ações pretendem melhorar a referência e contrarreferência entre os níveis de atenção, fortalecer e aprimorar a assistência domiciliar, bem como aumentar a cobertura e melhorar a qualidade da atenção a pacientes com transtornos mentais (inclusive dependentes de álcool e drogas) e seus familiares, idosos e a outros segmentos populacionais.

Compromissos

• Ampliação, modernização e qualificação da infraestrutura hospitalar de Brasília.

• Criação de um complexo hospitalar de alta tecnologia, incluindo-se o Hospital do Câncer de Brasília.

• Ampliação, via SUS, da participação do segundo e do terceiro setores na oferta de serviços especializados que sejam de difícil oferta pela administração pública.

• Implantação de Policlínicas Odontológicas em todas as Regiões de Saúde do Distrito Federal.

• Ampliação e revitalização de Hospitais Regionais existentes.

• Construção de mais duas farmácias de alto custo, sendo uma no Gama e outra em Sobradinho.

• Redesenho do atual sistema hospitalar de Brasília quanto às atribuições e competências de cada unidade de saúde.

• Expansão do número de leitos materno-infantil, internação adulto e UTI adulto.

• Expansão e otimização do SAMU como um grande componente da Política Nacional de Atenção às Urgências, que tem como finalidade proteger a vida das pessoas e garantir a qualidade no atendimento no SUS.

• Criação em todas as unidades hospitalares de salas vermelhas, clínicas cirúrgicas e pediátricas.

• Aperfeiçoamento do serviço de classificação de risco.

• Melhora do serviço de hospedagem de pacientes internados e acompanhantes nas unidades hospitalares.

• Acompanhamento domiciliar para pacientes crônicos que necessitem de internações recorrentes.

• Fortalecimento da vigilância laboratorial com a oferta de diagnósticos para agravos existentes.

• Construção, ampliação e revitalização de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e Centros de Atenção Psicossocial – álcool e drogas (CAPS-AD), bem como ampliação das parcerias com entidades filantrópicas que atendam as mesmas finalidades.

• Criação de programa de mobilidade para levar de volta para casa pacientes em estado delicado ou com dificuldades de locomoção quando receberem alta hospitalar.

• Mostrar aos pacientes a lista de procedimentos efetuados e respectivos custos ao fim dos atendimentos em hospitais públicos, para dar transparência aos gastos públicos e conscientizar os cidadãos.

REESTRUTURAÇÃO DO MODELO DE GESTÃO DA SAÚDE

O objetivo do programa é aprimorar a gestão dos recursos financeiros destinados à saúde, tornando mais produtiva a relação custo-habitante na saúde, por meio de gestão por metas e de controle social. Destacam-se as seguintes ações: cooperação entre administração pública, sociedade e academia na gestão do sistema de saúde; promoção da eficiência dos principais processos-chave da saúde, de modo a acelerar e qualificar o diagnóstico, o atendimento e o tratamento dos pacientes; compartilhamento entre a Secretaria de Saúde e demais órgãos e unidades que compõem o sistema público da responsabilidade pela gestão e pelos resultados obtidos na área da saúde; integração dos níveis de atenção e apoio à saúde, com o objetivo de garantir à população a promoção integral da saúde.

Compromissos

- Pactuação de metas e ampliação da autonomia administrativo-financeira aos gestores das Coordenações Regionais de Saúde e de unidades hospitalares.

- Fortalecimento da ouvidoria da Secretaria de Saúde e de mecanismos de controle social, com ênfase nos Conselhos Locais e Distrital de Saúde.

- Fixação de parcerias com o terceiro setor para gestão de unidades de saúde.

- Compartilhamento da gestão das Regiões de Saúde com universidades públicas e privadas.

- Implementação de gestão por resultados por meio de sistema integrado de indicadores da saúde envolvendo diferentes níveis de atenção.

- Ampliação e aprimoramento do atual sistema de informações da saúde, com foco em processos-chave como gestão de estoques e abastecimento de insumos, marcação de consultas, controle social, entre outros.

- Estabelecimento de parcerias com o Governo Federal, estados e municípios da RIDE para implementação conjunta de políticas e ações de saúde.

- Seleção de gestores de unidades de saúde baseada em competências.

- Avaliação de Satisfação dos Usuários do sistema de saúde em tempo real.

VALORIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE

Este programa tem o objetivo de valorizar os profissionais da saúde, e oferecer em caráter permanente atividades de qualificação com diferentes níveis de complexidade, articuladas com instituições de ensino públicas e privadas. Desse modo, o programa garante que os profissionais da saúde possam prestar atendimento efetivo e alinhado com as demandas colocadas em todos os níveis de atenção do SUS, mesmo que em condições adversas para o exercício da profissão.

Compromissos

- Promoção da educação permanente para os profissionais de saúde que trabalham em todos os níveis de atenção em Brasília.

- Ampliação da oferta de cursos de formação inicial e qualificação continuada para profissionais em todas as áreas da saúde.

• Capacitação dos profissionais da saúde no atendimento de pessoas com diferentes necessidades, respeitando as individualidades.

• Apoio e fortalecimento dos cursos técnicos, de graduação e de pós-gradução e dos programas de extensão e residência oferecidos pela Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde (FEPECS).

• Criação e implementação de Plano de Valorização do Servidor de Saúde.

RECOMEÇAR SEM DROGAS

Este programa tem por finalidade tratar e ressocializar dependentes químicos, por meio da integração entre programas de saúde e internação, educação, prevenção e ações de reintegração dos dependentes ao convívio social, familiar e ao mercado de trabalho. É um programa transversal, que integra as áreas de Defesa Social, Educação, Saúde e Desenvolvimento com Sustentabilidade.

Campanhas educativas de prevenção e combate às drogas, especialmente focadas nas escolas.

Plano de recuperação de dependentes químicos.

Criação de centros de atenção psicossocial – álcool e outras drogas (CAPS-AD), com equipes multidisciplinares e apoio às famílias.

Ampliação de convênios com entidades filantrópicas e clínicas para o atendimento especializado aos dependentes e apoio para suas famílias.

CULTURA

A Cultura deve ser aproveitada em seu potencial mobilizador, educador, criativo e produtivo. Sua instrumentalização burocrática e excludente por sucessivos governos não tem produzido o impacto social, estético e econômico que poderia gerar em Brasília. É preciso potencializar a cultura, em suas várias linguagens, expressões e manifestações, como motor para o desenvolvimento, e valorizar a extraordinária diversidade brasileira, sintetizada na capital do País.

É preciso romper com as formas tradicionais das relações políticas baseadas no apadrinhamento e no privilégio e dar um tratamento efetivamente democrático e participativo, a partir de uma rede institucional integrada, que fortaleça o Conselho de Cultura de Brasília e também opere com Conselhos Regionais de Cultura, a partir de políticas públicas estruturantes, elaboradas e discutidas sob a ótica de Estado, e não de governo. Políticas dotadas de recursos orçamentários previstos plurianualmente, que sejam, de fato, da cidade. Políticas transversais, dotadas de mecanismos transparentes de acompanhamento, fiscalização e controle social.

OBJETIVOS

- Incorporar a cultura como eixo estratégico e transversal para o desenvolvimento de Brasília.

- Estimular e fortalecer as cadeias produtivas da economia criativa em Brasília.

- Ampliar os recursos para a cultura e democratizar o atendimento a todos os setores culturais e linguagens artísticas, regiões e localidades de Brasília.

- Preservar a disponibilidade dos recursos do FAC.

- Criar novas linhas de financiamento junto às estatais, regulamentar a Lei de Incentivo à Cultura do Distrito Federal e reestruturar o FAC, para que seja, de fato, mais democrático e menos burocratizado, que opere sob diretrizes de políticas públicas, com fluxo contínuo de editais e recursos humanos e tecnológicos para o acompanhamento das ações financiadas.

- Ampliar a oferta de espaços e equipamentos culturais multimídia de qualidade, em todas as regiões de Brasília, que sejam equipados, seguros, de fácil acesso, com programação permanente, cursos e oficinas regulares.

- Disseminar circuitos de arte e cultura, criando um círculo virtuoso com projetos estruturantes, em todas as cidades, bem como políticas para a distribuição e formação de apreciadores da arte.

- Instituir e manter instrumentos de comunicação para a cultura e definir uma política arrojada para a cultura digital, que fortaleça todas as suas manifestações, coletivos, tecnologias e processos.

• Promover, em todas as cidades de Brasília, as vocações artísticas e culturais, nas suas diferentes manifestações (cinema, música, dança, teatro, artes visuais, livro, leitura e literatura) e dimensões (cidadã, estética, simbólica e econômica).

• Valorizar e promover as diversas identidades de Brasília, em suas expressões e manifestações rurais e urbanas (cultura popular, afro-brasileira e indígena, manifestações tradicionais, ações para segmentos etários – crianças, jovens e idosos –, manifestações de gênero e demais segmentos culturais).

• Garantir o acesso dos cidadãos à fruição e à produção cultural, aos bens culturais, à memória e ao patrimônio cultural e histórico de Brasília.

• Implementar uma política de patrimônio cultural que transcenda a área tombada e contemple a dimensão metropolitana de Brasília, nas suas dimensões material e imaterial, com estruturas autônomas para a preservação patrimonial e para a integração do planejamento e da gestão urbanística e regional de Brasília.

PROGRAMAS

REESTRUTURAÇÃO DA GESTÃO CULTURAL

É preciso romper com as formas tradicionais das relações políticas baseadas no apadrinhamento e no privilégio e dar um tratamento efetivamente democrático e participativo, a partir de uma rede institucional integrada, que fortaleça o Conselho de Cultura de Brasília e também opere com Conselhos Regionais de Cultura, a partir de políticas públicas estruturantes, elaboradas e discutidas sob a ótica de Estado, e não de governo. Políticas dotadas de recursos orçamentários previstos plurianualmente, que sejam, de fato, da cidade. Políticas transversais, que integrem a Cultura com as políticas de Educação, Segurança, Ciência, Tecnologia e Inovação, Meio Ambiente, Turismo, Saúde, Comunicação e Desenvolvimento Econômico – e que sejam dotadas de mecanismos transparentes de acompanhamento, fiscalização e controle social. Deve-se fortalecer a Secretaria de Cultura e os equipamentos culturais – e seus serviços – para que contem com servidores públicos na quantidade necessária e com qualificação para o planejamento e execução de uma gestão eficaz, garantindo a manutenção da memória e a continuidade das ações.

Compromissos

• Transformação do Teatro Nacional num grande centro cultural.

• Reforma administrativa e revisão dos processos de gestão, com desaparelhamento partidário e realização de concurso para a cultura.

• Criação de uma rede institucional de formulação e gestão das políticas culturais, com conselhos locais e Colegiados Setoriais integrados a um forte Conselho de Políticas Culturais de Brasília.

• Implementação da Política Intersetorial de Cultura.

• Incorporação dos projetos tradicionais exitosos da cidade nas políticas públicas de cultura, com autonomia orçamentária, artística e administrativa.

FINANCIAMENTO CULTURAL

A cultura tem recebido historicamente um tratamento acessório e secundarizado nas estruturas de governo, sempre afetada por cortes, pela pulverização dos recursos, pela descontinuidade das ações e pela diluição do foco em eventos. O financiamento cultural deve operar a partir de diretrizes de políticas públicas, com atendimento amplo e democrático a todos os setores culturais e linguagens, regiões e localidades de Brasília. É preciso ampliar os investimentos em cultura, com recursos diretos e incentivados, e criar novas linhas de financiamento junto às estatais. É preciso regulamentar a lei de incentivo de Brasília e reestruturar o Fundo de Apoio à Cultura – FAC para que seja, de fato, um fundo incontigenciável voltado para o fomento cultural, democrático e menos burocratizado, alinhado às políticas públicas, com fluxo contínuo de editais e recursos humanos e tecnológicos para o acompanhamento das ações financiadas.

Compromissos

• Fortalecimento, reestruturação e modernização do Fundo de Apoio à Cultura (FAC), com a simplificação e desburocratização dos processos e exigências documentais, editais abertos para concorrência em qualquer época do ano e revisão dos formatos de contrapartida, alinhada às políticas públicas, de modo que o trabalho do artista seja incorporado como forma de contrapartida.

• Estabelecimento de carteiras de projetos culturais do BRB, com taxas e procedimentos diferenciados.

• Regulamentação da Lei de Incentivo à Cultura do Distrito Federal.

• Criação de protocolos eletrônicos, a exemplo do SalicWeb do Ministério da Cultura.

• Priorização de artistas locais nas contratações de eventos públicos em festividades de Brasília.

• Oferecimento de apoio para a elaboração de projetos e a prestação de contas.

INFRAESTRUTURA CULTURAL

A desvalorização da cultura tem sua ferida mais exposta no sucateamento e abandono dos espaços culturais. É preciso recuperar esses espaços e ampliar a oferta de equipamentos culturais para todas as regiões de Brasília, que sejam equipados, com infraestrutura adequada, iluminados e seguros, de fácil acesso, com manutenção e recursos humanos,

programação permanente, bem como cursos e oficinas regulares. Deve-se ter, pelo menos, um Centro Cultural para cada cidade de Brasília.

Compromissos

- Recuperação, equipamento e manutenção espaços culturais em todas as cidades de Brasília.

- Fortalecimento dos espaços culturais ativos e a otimização dos espaços ociosos.

- Criação ou revitalização dos equipamentos de cultura em cada uma das cidades de Brasília, seja em prédios próprios do GDF, seja em parceria com instituições não governamentais.

- Revitalização e ampliação da rede de bibliotecas de Brasília – a serem integradas como um sistema – e implantação da biblioteca-parque de Brasília.

- Criação de centros culturais multimídia e valorização da diversidade cultural em todas as regiões de Brasília.

PROMOÇÃO DA CULTURA

Os índices de acesso à cultura nas regiões de Brasília são muito baixos, cerca de 80% dos moradores que moram fora do Plano Piloto afirmam nunca ter acessado a espaços culturais. É preciso garantir o acesso dos cidadãos à fruição, à produção e aos bens culturais, bem como instituir e manter instrumentos de comunicação para a cultura, desenvolver políticas para a distribuição e circulação cultural e para formação de apreciadores da arte. Deve-se disseminar circuitos de arte e cultura em todas as cidades, criando um círculo virtuoso com projetos estruturantes.

Compromissos

- Programa de acesso e produção cultural e artística no sistema de ensino de Brasília.

- Poesia e arte em locais com: rodoviária, terminais e paradas de ônibus e estações de metrô.

- Programa “Brasília: cidade jardim”, com programação cultural nos parques.

- Programa de ocupação cultural dos espaços públicos e ações permanentes de incentivo e apoio a artistas de rua.

- Criação do Portal da Cultura – para divulgar as atividades e manifestações culturais da cidade, bem como aplicativo móvel com a agenda cultural e o circuito turístico de Brasília.

-

- Reestruturação e fortalecimento da Rádio Cultura.

CULTURA DIGITAL

A cultura digital não tem sido valorizada em Brasília, não apenas em sua dimensão cultural, mas também na estruturante, para o aproveitamento das novas tecnologias nos processos de gestão. É preciso investir na consolidação e manutenção de uma infraestrutura de rede de alta capacidade (Internet avançada) em todas as cidades de Brasília e criar uma política arrojada e participativa que garanta o acesso, a livre expressão, o fortalecimento, a formação e difusão das redes e coletivos virtuais. Deve-se articular a políticas públicas de Cultura com as políticas públicas de Ciência, Tecnologia e Inovação e qualificar a máquina administrativa e os gestores para lidarem com os desafios e as possibilidades abertas pelas novas Tecnologias da Informação e Comunicação.

Também é fundamental a criação de uma plataforma para a democracia digital em Brasília, com canais permanentes de participação e fiscalização dos programas e ações do governo, por meio de ferramentas de fácil uso, que não só disponibilizem números da execução, mas também a transparência dos protocolos – de modo que cada cidadão possa acompanhar processos, contratações, atendimento e execução de projetos e obras do GDF.

Compromissos

Criação do Gabinete Digital, com plataforma para a democracia digital em Brasília.

Programa de incentivo à cultura digital, com estímulos à formação de redes e coletivos e ao desenvolvimento de laboratórios e projetos experimentais.

Implantação dos Pontos de Mídia Livre em Brasília – ação de desenvolvimento e acompanhamento de políticas públicas para iniciativas de comunicação livre e compartilhada, não atreladas ao mercado.

PATRIMÔNIO

Tombado em três níveis – distrital, federal e mundial – o Plano Piloto de Brasília, contribuição genuína do Brasil para o mundo, deve ser preservada e reinventada. Deve ser protegida das ameaças ao patrimônio edificado e à paisagem natural e monumental, para que cumpra sua função gregária, socializante, inclusiva e econômica, e funcione como atrativo para o turismo nas demais cidades de Brasília. De fato, as políticas de patrimônio não devem se restringir ao Plano Piloto, e sim transcender a área tombada e contemplar a dimensão metropolitana de Brasília e os municípios da RIDE, em suas dimensões histórica, material e imaterial. É preciso integrar o planejamento e a gestão urbanística e regional desta porção do Centro-Oeste, bem como resgatar e valorizar o patrimônio de cada bairro e cidade de Brasília, e dos demais municípios da RIDE, para que seja devidamente apropriado e cuidado por seus cidadãos, e apresentado para estudiosos e visitantes desta região como componentes de uma história viva e marcante para o povo brasileiro.

Compromissos

- Fortalecimento do órgão de proteção do patrimônio de Brasília.

- Criação do Sistema Distrital de Patrimônio.

- Política de Museus do Distrito Federal e criação do Sistema Distrital de Museus.

- Qualificação de equipamentos, infraestrutura urbana e espaços públicos de toda Brasília para que sejam espaços plenos de uso do cidadão.

- Efetivar a Educação Patrimonial nas instituições de ensino em Brasília, na Educação Básica e no Ensino Superior, com a inclusão de um programa de documentação e divulgação da história de Brasília, da construção à atualidade.

DESENVOLVIMENTO DAS ARTES

As artes devem retomar o seu papel propulsor para Brasília, seja na força estética, social e cidadã de suas manifestações, seja no seu papel estratégico para o desenvolvimento econômico, com estímulos aos arranjos produtivos locais e à geração de emprego e renda. É preciso promover o desenvolvimento do potencial das vocações artísticas e culturais de todas as regiões de Brasília, com foco na promoção e estímulo a diversidade de linguagens e segmentos artísticos, com políticas estruturantes para a produção das artes, formação de artistas, técnicos e operadores de cultura, para a difusão e circulação artística, formação de plateia, infraestrutura para espetáculos, incentivo e manutenção de artistas, bem como para a preservação da memória artística da nossa capital. Brasília é um celeiro de talentos que são levados a abandonar a cidade em busca de sobrevivência e projeção. É preciso identificar e potencializar esses talentos e oferecer as condições adequadas para que desenvolvam a sua arte na capital, com condições e incentivo para se projetarem no mercado cultural e, também, nos espaços para experimentação e inovação.

Compromissos

- Políticas inovadoras, participativas e integradas para as artes, que contemplem a produção, o acesso, a difusão, a promoção e a circulação das artes, com programas específicos para Cinema, Música, Dança, Teatro, Artes Visuais, Livro, Leitura e Literatura.

- Programa Circula Cultura, com ações permanentes de difusão cultural, formação de apreciadores da arte, bem como de circulação de espetáculos, exibições, mostras em todas as cidades.

- Incentivo à implantação de cursos de Produção Cultural em Brasília.

- Programas de residência artística para as diversas linguagens, bem como sistema de bolsas de estudo, manutenção de artistas e incentivo à pesquisa.

• Programas de capacitação técnica e artística de jovens e mediadores culturais e de incentivo a novos talentos bem como para a formação técnica de operadores de cultura.

• Desenvolvimento e incentivo a cursos e oficinas livres para as artes.

• Criação e fortalecimento dos programas de formação de plateia.

• Política pública de estímulo e desenvolvimento de coproduções artísticas.

• Ampliação dos espaços e redes de divulgação para as artes.

ECONOMIA CRIATIVA

É extremamente vantajoso investir na indústria cultural – além de ser altamente rentável, não é poluente e tem a cara da vocação de Brasília. Hoje a indústria do entretenimento é a que mais cresce no mundo. Apenas nos últimos 10 anos, cresceu uma média de 8,5% – além de movimentar o turismo e gerar renda e empregos.

É preciso valorizar e alavancar a economia criativa em Brasília, desenvolver e fortalecer suas cadeias produtivas da cultura, bem como as novas tecnologias da informação e a comunicação, para que estejam a serviço do bem-estar da população, da geração de emprego e renda e da projeção da cidade como geradora de bens culturais para o Brasil e para o mundo.

Compromissos

• Política distrital ousada e inovadora para promover o empreendedorismo e o desenvolvimento econômico pela cultura.

• Estímulo às cadeias produtivas do artesanato e criação de um centro de promoção do artesanato.

• Criação de mecanismos para estimular as cadeias produtivas da economia criativa.

CIDADANIA E DIVERSIDADE

A cultura do povo de Brasília deve ser a protagonista na refundação da cidade. Os valores simbólicos da cultura, suas expressões estéticas e manifestações tradicionais e cidadãs devem ser prioridades para o desenvolvimento pleno de Brasília. É preciso valorizar a extraordinária diversidade cultural, a história de Brasília e sua constituição plural como capital do País. Deve-se reconhecer e promover as várias linguagens, expressões e manifestações da cultura, rural e urbana, que compõem as identidades de Brasília e, também, contemplar a dimensão da identidade, do território e história de Brasília na elaboração de políticas públicas.

Compromissos

- Expansão da rede de Pontos e Pontões de Cultura em Brasília.

- Mapeamento das expressões e manifestações culturais de Brasília.

- Promoção da integração e estímulo a circuitos entre escolas formais e as manifestações da cultura popular.

- Desenvolvimento de linhas de incentivo específicas para a cultura popular (grupos regionais e populares, hip hop, folia de reis, quadrilhas juninas e demais manifestações da cultura popular em Brasília).

- Programas específicos para segmentos etários (crianças, jovens e idosos).

- Estabelecimento de redes de promoção e formação cultural específicas em locais com alto índice de violência e jovens em situação de vulnerabilidade.

- Programas que contemplem as pessoas com deficiência em atividades culturais e desportivas.

- Programa para a promoção da Cultura Afro-Brasileira.

SEGURANÇA PÚBLICA

A segurança é outra área precária em Brasília. O índice de mortalidade de jovens entre 15 e 29 anos encontra-se muito acima das médias nacionais e regionais. De acordo com dados do Ministério da Saúde, em 2011, o Distrito Federal ocupava o sétimo lugar no ranking de homicídios, o terceiro em homicídios de mulheres jovens e o primeiro em ocorrências policiais relacionadas à homofobia. Além disso, grupos específicos são altamente vitimizados: a taxa de homicídio de jovens negros, por exemplo, é sete vezes maior do que a taxa de homicídios de jovens brancos. O uso de drogas, em particular o crack, está presente em todas as cidades de Brasília, sem programas efetivos de atendimento e apoio aos dependentes e suas famílias. Para resolver o problema, é preciso implantar uma política de fortalecimento dos órgãos de segurança, integrando-os entre si e coordenando-os com outros órgãos por meio de ações transversais. É preciso articular Brasília e os municípios da Área Metropolitana de Brasília, para tornar a política de segurança uma política de Estado e não de governos.

OBJETIVOS

• Integrar, de forma coordenada, uma série de medidas sociais e legais para diminuir a violência em Brasília.

• Fortalecer os órgãos de segurança pública, garantindo condições básicas de funcionamento, quadros adequados, carreiras estruturadas, e investimento em equipamentos, tecnologia e em ações de inteligência.

• Integrar os órgãos de segurança pública de Brasília, coordenando as ações das Polícias Militar e Civil, e padronizando procedimentos, em articulação com os municípios da Área Metropolitana de Brasília (AMB).

• Eliminar a ingerência política sobre os órgãos de segurança, promovendo políticas públicas de Estado e não de governo.

• Adaptar a estrutura e a atuação dos órgãos de segurança às particularidades de cada Região Administrativa, alocando efetivos, instalações e equipamentos policiais com base no mapeamento e na caracterização das ocorrências.

• Desenvolver planos de desenvolvimento de carreiras nas polícias e órgãos de segurança visando não só o aumento salarial, mas o desenvolvimento e a valorização do profissional de segurança.

• Implementar uma política de segurança eficiente e integrada com as demais políticas públicas, criando programas de prevenção e de combate à criminalidade articulados entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

• Combater o tráfico de drogas e oferecer tratamento e promover a ressocialização de dependentes químicos, por meio da integração entre as forças policiais, agentes das áreas de saúde, educação, assistência social, e políticas públicas voltadas para recuperação da saúde, além de promover o convívio social e familiar, formação profissional e inserção no mercado de trabalho.

• Instituir políticas específicas para os grupos sociais mais expostos à violência, promovendo campanhas de prevenção e ações que melhorem o atendimento das vítimas e reduzam a impunidade.

• Planejar e executar ações de educação e sensibilização dos motoristas para uma condução segura nas ruas e estradas de Brasília, alinhadas a ações permanentes de fiscalização.

• Ressocializar presos condenados por crimes leves e jovens internos, por meio da transformação da realidade carcerária a partir da integração de ações do Estado, da sociedade, da iniciativa privada e, fundamentalmente, dos familiares do preso.

PROGRAMAS

PACTO PELA VIDA - BRASÍLIA

O objetivo deste programa é criar o Plano Distrital de Segurança Pública, baseado no tripé "Prevenção, Inteligência e Combate ao Crime", com foco em crimes violentos. O Plano prevê o estudo, a identificação e elaboração de propostas de ações regionalizadas para cada cidade de Brasília, nas quais atuarão em conjunto: as Polícias Civis e Militares, Bombeiros, DETRAN, organizações da sociedade civil, Igrejas, Escolas e Administrações Regionais. Prevê, ainda, a integração de uma série de medidas sociais e legais para a diminuição da violência em Brasília.

Compromissos

• Plano Distrital de Segurança Pública, baseado no tripé: combate, prevenção e inteligência.

• Alinhamento com o Plano Estratégico de Segurança Pública 2012 – 2015.

• Efetiva implantação do Comitê Distrital de Segurança.

• Efetiva implantação do Núcleo de Gestão de Resultados vinculado ao Comitê Distrital de Segurança, com modelo próprio de governança.

• Reformulação das Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP).

• Plano de metas e responsabilidades por AISP para as Polícias Civil e Militar, e sistema de bonificação por resultado (Bônus Social, Valorização Profissional).

• Planos de Prevenção com ações de programas sociais adequados às áreas de risco e segmentos sociais.

• Priorização do plano de combate às drogas, com ações de quebra da violência oriunda do tráfico.

- Eliminação da ingerência político-partidária nos órgãos de segurança.

REESTRUTURAÇÃO DA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA DE BRASÍLIA

A reestruturação do GDF vai estabelecer uma estrutura centralizadora das ações de segurança pública em Brasília, criando uma política de segurança pública de Estado e não de Governo. Para isso, será redefinido o papel da Secretaria de Segurança Pública (Competências, Gestão de Recursos, Prevenção, Articulação de Ações e Controle Externo). Outra medida a ser adotada é a centralização da coordenação das ações de inteligência, com a criação do Instituto de Segurança Pública (ISP-DF). Também será fortalecida a governança da Secretaria de Segurança Pública e serão efetivados programas de proteção a testemunhas e a vítimas de violência doméstica.

Compromissos

- Reestruturação da área de Segurança Pública com a definição de papéis e responsabilidades, em articulação com estados e municípios da RIDE, outras Unidades da Federação e o Governo Federal.

- Criação da Subsecretaria Especializada da Mulher.

- Criação do Instituto de Segurança Pública (ISP-DF) independente da Secretaria de Segurança, com foco na produção de informação estatística e inteligência.

- Coordenação das atividades de Inteligência por meio de sistemas integrados de informação que utilizem bases de dados de todas as áreas do GDF.

- Efetivação dos programas de proteção a testemunhas e a vítimas de violência doméstica.

PLANO DE ADEQUAÇÃO DE EFETIVO E CARREIRA DAS POLÍCIAS, BOMBEIROS, DEFESA CIVIL E DETRAN

O propósito deste programa é adequar e balancear o efetivo das Polícias Militar, Civil, Corpo de Bombeiros Militar, Defesa Civil e DETRAN nas cidades de Brasília, com planejamento de contratação e redistribuição, assim como o desenvolvimento de competências, conforme as necessidades da corporação, por meio de treinamento complementar. Também pretende-se implantar planos de carreira nos órgãos de segurança, que contemplem o realinhamento salarial, a progressão profissional e benefícios não pecuniários, além de um plano de avaliação, de cada corporação.

Compromissos

- Redimensionamento dos efetivos de batalhões e delegacias, reduzindo a alocação de policiais em atividades administrativas.

• Implementação da Academia Única de Formação Policial.

• Plano de formação por competências e atividades complementares.

• Plano de Bonificação por Resultados e Valorização Profissional.

• Plano de assistência psicológica para os policiais.

• Criação de programa habitacional para servidores de órgãos de segurança.

• Pactuação da redução gradativa do interstício para promoção (tempo de serviço e qualificação).

• Modernização e atualização do Regulamento Disciplinar, transformando-o em Código de Ética.

PAZ NO TRÂNSITO

A finalidade deste programa, sucesso do Governo Cristovam Buarque e uma das marcas de Brasília, é reduzir a violência no trânsito por meio de educação, desenvolvimento de infraestrutura (pavimentação, sinalização e instalação de radares) e fiscalização. Planos de educação e sensibilização de motoristas, alinhados a ações permanentes de fiscalização pela Polícia Militar e pelo DETRAN, têm impacto na redução do número de mortes violentas e contribui para a construção de uma “Brasília de Paz”.

Compromissos

• Retomada do Programa Paz no Trânsito.

• Retomada de campanhas educativas permanentes sobre faixas de pedestre, limites de velocidade, ingestão de bebidas, entre outros.

• Plano de adequação de infraestrutura: sinalização inteligente, tapa buracos, lombadas, mais visibilidade e sinalização às faixas de pedestre, qualificação de ciclovias, iluminação pública.

• Ampliação da presença de agentes de trânsito nas vias, auxiliando no fluxo do tráfego e prevenindo infrações.

CIDADANIA CARCERÁRIA

O objetivo do programa é ressocializar presos condenados por crimes leves e jovens internos, por meio da transformação da realidade carcerária, a partir da integração de ações do Estado, da sociedade, da iniciativa privada e fundamentalmente dos familiares do preso. O programa também tem por meta oferecer meios alternativos para o cumprimento de penas em estrutura física, administrativa e social diferenciada, que assegure maior probabilidade de recuperação, articulando-se com a Defensoria Pública do Distrito Federal.

Compromissos

- Ampliação, reforma e adequação da infraestrutura dos presídios e centros de ressocialização.

- Aperfeiçoamento da assistência especializada nas áreas médica, jurídica e social em presídios e centros de ressocialização.

- Plano de Segurança para acompanhamento dos detentos a fim de evitar fugas.

- Plano de inserção dos egressos em programas de obras do governo e da iniciativa privada.

- Avaliação da possibilidade de estabelecer parcerias público-privadas para otimizar a aplicação de recursos destinados ao sistema penitenciário, por exemplo, para a construção de novas unidades ou outras atividades que não estejam relacionadas com a administração e o controle do sistema.

BRASÍLIA SEM PRECONCEITO

O objetivo deste programa é combater o preconceito e as ações discriminatórias de que são vítimas os segmentos de negros, LGBT, idosos e mulheres, bem como dotar o governo de unidades especializadas que sustentem a assistência adequada a cada segmento no que se refere a investigação, cumprimento de leis, tratamento e proteção.

Compromissos

- Plano de educação e comunicação sobre ações discriminatórias e preconceituosas.

- Implementação de unidades especializadas na estrutura organizacional do Governo.

- Adequação de estruturas de defesa social para o atendimento aos segmentos.

- Implementação e monitoramento dos indicadores de crimes contra segmentos, de modo a caracterizar tipo de crime, gênero, perfil do agressor, entre outros.

• Aperfeiçoamento de canais de comunicação para denúncias de violência contra os segmentos.

• Capacitação de servidores para atendimento especializado.

POLÍTICAS PARA SEGMENTOS SOCIAIS

Os princípios da justiça social e da equidade, que deveriam orientar as ações de Estado, não estão presentes nas políticas públicas destinadas a atender aos diversos segmentos: crianças, adolescentes, jovens, idosos, mulheres, negros, pessoas com deficiência, LGBT, povos e comunidades tradicionais. Desse modo, agravam-se problemas de violência, exclusão, marginalização e discriminação contra pessoas desses segmentos sociais. Tais práticas devem ser erradicadas por meio de uma combinação de cuidados específicos e de ações transversais, cuja sinergia contribuirá para que se estabeleça em Brasília uma cultura de paz e de respeito aos direitos humanos.

OBJETIVOS

• Implantar políticas transversais que atendam às demandas de cada segmento – crianças, adolescentes, jovens, idosos, mulheres, negros, povos e comunidades tradicionais, LGBT e pessoas com deficiência – e corrijam as desigualdades de oportunidades nas diversas esferas da vida.

• Dotar Brasília de unidades especializadas, na estrutura organizacional do Estado, que sustentem a assistência adequada a cada segmento nas diversas políticas públicas, tais como segurança, saúde, proteção social, entre outras.

• Reduzir os índices de violência contra segmentos – especialmente jovens, negros, mulheres e LGBT – com ações coordenadas nas Regiões Administrativas e na Área Metropolitana de Brasília (AMB), por meio de medidas preventivas e campanhas permanentes.

• Combater o preconceito e as práticas discriminatórias, criar espaços de participação e promover a cultura da paz pela adoção de políticas de igualdade e respeito aos direitos humanos, monitorando e estimulando o cumprimento de normas nacionais e acordos internacionais.

• Tornar Brasília vanguarda e paradigma na adoção de políticas voltadas para garantir acessibilidade plena às pessoas com deficiência.

• Garantir o atendimento igualitário no serviço público, com a qualificação e capacitação dos servidores.

• Estimular a produção de materiais didático-pedagógicos que incorporem a perspectiva dos direitos humanos.

• Fomentar a criação de Centros de Convivência da Família nas diversas cidades de Brasília, em que as comunidades, especialmente seus jovens e idosos, possam ter oportunidades de vivenciar experiências coletivas de cultura, lazer e desporto.

• Promover um conjunto de ações que resultem em relações mais igualitárias no mercado de trabalho e em maior inserção socioeconômica dos segmentos, por meio de

programas específicos de formação e qualificação profissional, bem como de fomento a atividades econômicas.

Compromissos

Os compromissos relacionados aos segmentos sociais permeiam diversos temas, visto que são necessárias ações transversais para o atendimento de suas demandas. Saúde, cultura, desenvolvimento econômico com sustentabilidade, educação, mobilidade e defesa social mantêm ações alinhadas com o objetivo de proteção e promoção dos direitos dos idosos, negros, mulheres, pessoas com deficiência, indígenas, pessoas LGBT, jovens e povos e comunidades tradicionais. Listamos, a seguir, alguns desses programas e ações.

- Reforma, adequação e complementação de escolas para acessibilidade.

- Formação de parcerias com setores não governamentais para a definição de formas de financiamento, ensino e inserção no mercado, via estágios e programas de aprendiz, com o objetivo de ampliar a qualificação profissional de pessoas incluídas entre os segmentos sociais citados.

- Produção de materiais pedagógicos da Educação Básica que promovam a educação ambiental, a sustentabilidade, a qualidade de vida e a cultura da paz, do respeito às diferenças, ao diálogo e à cooperação; a igualdade de direitos, sem discriminações por motivo de orientação sexual, identidade de gênero, de raça e etnia; e a inclusão das pessoas com deficiência.

- Capacitação dos professores e gestores escolares para o combate ao preconceito e a quaisquer formas de discriminação.

- Programas de cultura específicos para segmentos etários (crianças, jovens e idosos).

- Programas de capacitação técnica e artística de jovens e mediadores culturais e de incentivo a novos talentos bem como para a formação técnica de operadores de cultura.

- Programa para a promoção da Cultura Afro-Brasileira.

- Programas que contemplem as pessoas com deficiência em atividades culturais e desportivas.

- Implementação de ações de combate a doenças sexualmente transmissíveis, com foco na população escolar e em grupos vulneráveis.

- Capacitação dos profissionais da saúde no atendimento de pessoas com diferentes necessidades, respeitando a individualidade de cada um.

- Planos de Prevenção à violência com ações de programas sociais adequados às áreas

de risco (segmentos, jovens, mulheres, esportes, cultura e lazer).

• Criação da Subsecretaria Especializada da Mulher.

• Efetivação dos programas de proteção a testemunhas e a vítimas de violência doméstica.

• Programa “Brasília sem Preconceito”.

• Plano de acessibilidade para pessoas com deficiência e dificuldades de locomoção.

• Capacitação para empreendedorismo, melhoria da empregabilidade de jovens e adultos, reeducandos e pessoas com deficiência, incluindo cursos para vocações locais e outros.

• Disponibilização de laudo médico, avaliação psicoprofissional e orientação para mercado de trabalho para pessoas com deficiência.

• Manutenção e apoio às escolas especiais de Brasília, e ampliação de escolas inclusivas.

• 25% das matrículas de educação de jovens e adultos e idosos na forma integrada à educação profissional, nos ensinos fundamental e médio, em consonância com as propostas do PNE.

• Regulamentação do Conselho de Juventude, já em atividade, e elaboração do Plano Distrital de Juventude, de forma ampla e participativa.

• Instalação do Comitê Permanente de Acompanhamento e Avaliação de Políticas para a Juventude.

• Estabelecimento de programação especial para a juventude durante as férias escolares.

• Fortalecimento do Programa Primeiro Emprego, com capacitação e treinamento, bem como abertura de portas do mercado de trabalho para jovens em Brasília.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

O GDF deve promover adequada gestão de sua rede de proteção social e universalização do seu acesso. Embora essencial, o foco não se resume aos trabalhos com os que apresentam insuficiência de renda, mas alcança também os cidadãos ameaçados e vulneráveis em razão de insegurança alimentar, de deficiências, de violências diversas, de drogadição, de discriminação, de trabalho infantil e de situação de rua. A coligação *Somos Todos Brasília* dará curso a política convergente com o Sistema Unificado de Assistência Social – SUAS, com gestão regionalmente descentralizada e integrada com políticas setoriais como as de educação, saúde, trabalho e habitação.

Compromissos

- Avaliação e monitoramento sistematizado dos programas e cadastros, para garantir a correta aplicação dos recursos, o cumprimento de condicionalidades e a adequação do benefício ao beneficiário.

- Ampliação e descentralização do Conselho de Assistência Social do Distrito Federal, com participação das comunidades de cada Região Administrativa.

- Ampliação de nove para 18 Centros de Referência Especializados de Assistência Social.

- Implantação nos restaurantes comunitários de unidades avançadas para proteção social especial de média complexidade e de terminais de serviços da Secretaria de Trabalho, como a Agência Virtual do Trabalhador e o ProJovem.

- Ampliação dos serviços de abordagem social para apoio, orientação e acompanhamento a famílias e indivíduos em situação de rua.

- Formulação de incentivos fiscais às empresas que empregarem integrantes de famílias contempladas pelos programas “Bolsa Família” e “DF Sem Miséria”.

- Ampliação de políticas de assistência estudantil para jovens de baixa renda.

ESPORTE E LAZER

O Distrito Federal é reconhecido como celeiro de campeões em diversas categorias esportivas, do triatlo às artes marciais. Entretanto, na maioria dos casos, as histórias de sucesso dos nossos atletas decorrem de sacrifícios pessoais e da aplicação de recursos próprios ou, menos frequentemente, oriundos da iniciativa privada, com pouco ou nenhum apoio sistemático dos órgãos governamentais.

É notória a falta de uma política consistente de incentivo ao esporte, em todas as suas dimensões. Avançou-se pouco nos últimos anos, por exemplo, nas ações relacionadas ao uso de atividades esportivas em iniciativas voltadas para a inclusão social e para o fortalecimento da cidadania. Optou-se pela construção de estruturas que não têm sido aproveitadas a contento, e pelo abandono de complexos esportivos instalados, sem a efetiva participação da comunidade na definição de prioridades. Enquanto isso, há uma enorme carência de pessoal capacitado para a implantação de programas governamentais, que, por meio do esporte e do lazer de qualidade, incentivem a adoção de hábitos saudáveis e, ao mesmo tempo, promovam o fortalecimento da cidadania e o protagonismo social. Para mudar, é essencial pensar o esporte e o lazer no conjunto das ações governamentais, integrando-os às demais políticas setoriais e aproveitando seu potencial agregador e de mobilização da infância, da juventude e dos idosos.

OBJETIVOS

- Fortalecer o desporto educacional, pelo incentivo à qualificação profissional, pelo provimento de equipamentos às escolas, pela realização de torneios e de outros eventos, pelo fomento ao esporte amador.

- Articular iniciativas esportivas comunitárias locais com as escolas, sob orientação pedagógica e com foco em saúde.

- Proporcionar mais saúde e qualidade de vida aos cidadãos de Brasília, implementando ações de fomento a práticas esportivas para condicionamento físico, consciência corporal, flexibilidade, força e coordenação motora.

- Implantar políticas consistentes de apoio a projetos esportivos por meio de editais, com transparência na destinação e nas prestações de contas dos recursos públicos.

- Desenvolver projetos de formação de quadros técnicos especializados para o fortalecimento do esporte em todas as suas dimensões, integrando o desporto escolar, o comunitário e o de alto rendimento.

- Promover a utilização racional e qualificada de espaços e equipamentos públicos esportivos, culturais e de lazer que se encontram subutilizados ou deteriorados, em articulação com os órgãos de segurança pública, visando a difusão da cultura da paz.

- Desenvolver políticas públicas destinadas a ampliar o apoio do governo para a prática de lazer comunitário.

Compromissos

• O tema Esportes e Lazer é transversal e está incorporado em várias áreas de atuação do governo. Os compromissos apresentados estão incluídos em diversos programas, que entendem a temática como ferramenta de promoção de saúde, de educação, de desenvolvimento social e de desenvolvimento econômico.

• Articulação de iniciativas esportivas comunitárias locais com as escolas.

• Promoção da utilização racional e qualificada de espaços e equipamentos públicos esportivos, culturais e de lazer que se encontram subutilizados ou deteriorados, em articulação com os órgãos de segurança pública, visando à difusão da cultura da paz.

• Fomento a práticas esportivas para condicionamento físico, consciência corporal, flexibilidade, força e coordenação motora, bem como ações de reeducação alimentar.

• Programas que contemplem as pessoas com deficiência em atividades culturais e desportivas.

• Revitalização dos Centros Olímpicos.

• Planos de Prevenção da violência com ações de programas sociais adequados às áreas de risco (segmentos, jovens, mulheres, esportes, cultura e lazer).

• Abertura das escolas para a comunidade fora dos horários de aulas, como espaços culturais, desportivos e de lazer.

• Dinamização de espaços de convivência, tais como praças e feiras, em todas as cidades de Brasília.

• Implantação do Projeto Orla.

• Implantação de infraestrutura adequada nas praias do Lago Paranoá, conforme zoneamento elaborado pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Paranoá.

• Definição e divulgação de rotas para turismo interno dos moradores de Brasília e integrado com a RIDE e outras localidades da região Centro-Oeste.

• Criação do Plano de Festas Regionais, com aproveitamento da dimensão religiosa e do turismo rural e ecológico em todas as cidades de Brasília.

• Articulação de uma agenda de eventos de esportes aquáticos no Lago Paranoá.

- Fortalecimento e qualificação dos jogos escolares de Brasília.

EIXO PROGRAMÁTICO CIDADANIA

Um governo serve para atender às reais necessidades da população: prover serviços públicos de qualidade, facilitar e induzir o desenvolvimento e garantir a paz social. Esta não é a realidade de Brasília: os serviços públicos são deficitários, a burocracia e a corrupção travam o desenvolvimento e cresce, a cada dia, a sensação de insegurança, diante da impunidade.

Mais do que um choque de gestão, Brasília precisa de um choque de prioridades. As boas iniciativas merecem ser mantidas; as ineficientes precisam ser mudadas; a malversação precisa ser banida. O símbolo maior do desperdício no uso de recursos públicos é a reforma e ampliação do Estádio Mané Garrincha. Com um projeto superfaturado, que criou uma edificação com capacidade muito superior ao que seria tecnicamente recomendável para o porte da cidade, o estádio é o retrato do descaso do governo com os desejos e as reais necessidades da população.

Um modelo de gestão eficaz, eficiente, transparente, democrático e participativo é a base para a efetiva implementação das políticas públicas setoriais e transversais previstas nestas diretrizes de governo, com agilidade e otimização no uso dos recursos públicos, a fim de gerar impactos positivos para a qualidade de vida da população.

Diretrizes Estratégicas

- **Reforçar e ampliar a participação da sociedade e o controle social**. A participação da sociedade no Governo do Distrito Federal precisa ser reforçada, qualificada e ampliada. A Lei Orgânica prevê diversas instâncias colegiadas, e, embora muitas delas estejam instaladas, sua capacidade de influenciar as decisões e exercer o controle das atividades governamentais é limitada. Os conselhos e comissões devem ser reforçados, ampliados e, mais do que isso, devem exercer o controle social necessário para mudar o futuro de Brasília.

- **Ampliar a capacidade de planejamento e de execução**. O GDF abriu mão das ferramentas de planejamento e gestão. Perdeu-se a capacidade de pensar o futuro do Plano Piloto e das cidades que compõem Brasília. Os Planos de Desenvolvimento Local (PDL) são ignorados nos projetos governamentais. O PDL do Plano Piloto, conhecido como Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB), está sendo rejeitado pela sociedade, que vê nas propostas a promoção indisfarçada de interesses imobiliários e a manutenção das práticas que levaram à desorganização do uso e da ocupação do espaço territorial de Brasília. O Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), o PPCUB e a Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS) precisam ser concluídos e periodicamente revisados, com ampla participação de especialistas e da sociedade, a fim de dotar o Poder Público de um conjunto articulado e integrado de instrumentos de planejamento voltados para o atendimento do interesse público, em um contexto de crescente complexidade de

Brasília e região.

• **Simplificar e desburocratizar a máquina pública**. Os servidores e a administração pública de Brasília precisam ser valorizados. A máquina pública deve ser modernizada, tornar-se mais ágil e dinâmica, por meio da racionalização e da simplificação de rotinas e procedimentos administrativos. O Estado, com uma estrutura administrativa anacrônica, é incapaz de resolver os problemas da comunidade. A demora na execução dos procedimentos administrativos e a circulação lenta de documentos e informações prejudicam o funcionamento da administração e o atendimento ao cidadão. Há ainda forte resistência à mudança, fruto da desmotivação dos servidores, que precisam ser continuamente capacitados e qualificados, dispondo de condições dignas de trabalho.

GESTÃO E GOVERNANÇA

Planejamento. O Governo do Distrito Federal abriu mão do planejamento como instrumento de ordenamento territorial e de indução do desenvolvimento. Na prática, interesses de grupos econômicos se sobrepõem aos interesses da população e criam padrões irracionais de crescimento econômico, aprofundam as desigualdades sociais e promovem intensa degradação ambiental.

Projetos estratégicos. Para além de ações de governo, com horizonte temporal ditado pelo calendário eleitoral, Brasília precisa pensar políticas que ultrapassem o período de um governo. A população paga o alto custo da ênfase quase exclusiva em ações de curto prazo, mal planejadas e ineficientes, enquanto os congestionamentos de trânsito se multiplicam, a escola pública apresenta resultados sofríveis e as filas dos hospitais são intermináveis, entre outros exemplos.

Participação e controle social. As ações de governo precisam espelhar os desejos e as reais necessidades da população. Para que isso aconteça, é imprescindível que o cidadão participe da formulação, execução, avaliação e controle das políticas públicas. A comunidade merece assumir o protagonismo na definição dos rumos de nossa cidade. Audiências públicas precisam garantir a efetiva consulta à população. Conselhos e comitês comunitários precisam ser instalados e dinamizados, compostos majoritariamente por membros da sociedade.

Transparência. Uma condição fundamental para a efetividade do controle social é a transparência dos atos e gastos da administração pública. É urgente a completa informatização das rotinas e dos procedimentos administrativos do GDF, com a disponibilização das informações para a sociedade. Processos difusos e pouco transparentes na prestação de contas dos gastos públicos dificultam a fiscalização e controle, facilitam a impunidade e estimulam a corrupção.

Descentralização. Os governos locais têm, indiscutivelmente, maior capacidade de identificar as demandas e as necessidades da população. Esta deve ser a função primordial das Administrações Regionais, com quadros profissionais, mais autonomia financeira e maior capacidade operacional.

Burocracia. A máquina pública do GDF é cara e lenta. A demora na expedição de documentos, certidões e alvarás, por exemplo, prejudica sensivelmente o desenvolvimento de Brasília e estimula a informalidade. Os procedimentos e processos administrativos precisam ser modernizados e reformulados, de modo a conferir agilidade e eficiência à ação do governo.

Combate à corrupção. Brasília acostumou-se, nos últimos anos, a protagonizar as páginas policiais dos jornais com denúncias de irregularidades e investigações de corrupção que vão da caixa de pandora a obras superfaturadas. Faz-se necessário promover o combate a corrupção, pautando a gestão da capital federal em princípios éticos.

OBJETIVOS

• Recuperar a capacidade do GDF de planejar, implementar, controlar e avaliar políticas públicas, fortalecendo os órgãos que o compõem e disseminando uma cultura baseada em visão estratégica e gestão por resultados.

• Fortalecer os espaços de participação popular e as instâncias de controle social com o objetivo de implantar a gestão colaborativa e construir um governo ético, democrático e transparente.

• Redefinir as bases da relação com a Câmara Legislativa, a fim de construir a governabilidade de maneira democrática e republicana.

• Promover o combate à corrupção por meio da transparência das ações do Governo e do intenso controle e fiscalização.

• Promover a sistematização integrada de informações e dados das Secretarias e demais órgãos do GDF.

• Aumentar a eficiência e a transparência do governo com o uso intensivo das tecnologias da informação e da comunicação.

• Reduzir o custo da máquina administrativa e gerar eficiência na estrutura organizacional, descentralizando e delegando autoridade e responsabilidade ao gestor público, bem como conformando a estrutura estadual a um modelo gerencial adequado para responder, de forma rápida e eficiente, às demandas sociais postas ao setor público.

• Garantir a profissionalização do serviço público, com a substituição expressiva de servidores de cargos em comissão por servidores de carreira, com reposição de quadros permanentes, realização de concursos públicos, valorização das carreiras e ênfase no mérito.

• Profissionalizar o quadro de servidores das Administrações Regionais, selecionados por concurso público e preparados para atuar segundo critérios de impessoalidade, agilidade e qualificação técnica.

• Promover a descentralização e a simplificação dos procedimentos administrativos, combatendo a burocracia e aumentando a capacidade de realização do governo.

• Integrar as políticas públicas para a RIDE, em articulação com os governos Federal, de Goiás e de Minas Gerais.

PROGRAMAS

FINANÇAS PÚBLICAS- RESPEITO E COMPROMISSO COM O FUTURO

Ter finanças equilibradas é a uma prova de respeito e compromisso do Estado com as futuras gerações, uma vez que os efeitos do desequilíbrio são transferidos de forma inequívoca e contundente para as futuras gerações. O desafio é criar, no campo das finanças públicas, um Estado que possibilite os avanços sociais com o desenvolvimento sustentável nas dimensões social, econômica e ambiental.

A atual gestão produziu déficits orçamentários que só crescem desde 2012 (R$ 314 milhões), chegando a R$ 1,18 bilhão em 2013, ou seja, próximo a 6% do orçamento próprio de Brasília. A previsão é que essas despesas mantenham-se deficitárias de 2 a 4% em 2014 (projetando-se a atual execução financeira até junho de 2014).

As despesas do Poder Executivo estão muito próximas ao limite prudencial estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), chegando a 45% da Receita Corrente Líquida (RCL).

Além disso, despesas referentes a Parcerias Público Privadas (PPP) já firmadas pelo governo começarão a ser pagas a partir da segunda metade de 2014. Essas despesas ficarão próximas ao limite legal de 5% da Receita Corrente Líquida, caso seja contratada a PPP da saúde, e provocarão um aumento consistente do endividamento (4% da RCL no período). Isso tudo somado configura um cenário delicado para as finanças públicas de Brasília.

Compromissos

- Recuperação da solidez fiscal e reequilíbrio do orçamento do GDF.
- Respeito, eficiência e transparência com o cidadão contribuinte.

REESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL

A sociedade brasileira tem dado claras demonstrações de que não aceita mais a atual forma de organização do Estado. Em Brasília, experiências malsucedidas na administração da cidade provocam um clamor popular para que o Governo do Distrito Federal encontre novas e mais eficientes maneiras de gerir a administração e de servir ao público.

São plenas as condições para que daqui irradiem bons exemplos de governança, mas é necessária uma ampla revisão da estrutura de governo existente, com o objetivo de garantir a efetividade dos serviços prestados à população. O desafio consiste em descentralizar decisões, sem inchaço da máquina pública, e implica necessariamente a entrega pessoal do governador ao conjunto de questões que afeta a sociedade. Mas é impossível governar com envolvimento pessoal quando existem quase 40 secretarias de Estado ou equivalentes. Portanto, a reestruturação do GDF terá como primeira marca a redução do número de secretarias.

Compromissos

• Redesenho da arquitetura organizacional, com redução expressiva do número de secretarias.

• Redução de 60% dos cargos comissionados de livre provimento.

• Fortalecimento das Administrações Regionais: redefinição do papel e das competências; estruturação funcional com servidores de carreira, selecionados por concurso público; e eleição para o administrador.

• Implantação de núcleo de gestão estratégica, para alinhamento das ações de governo.

• Criação do núcleo central de elaboração e acompanhamento de projetos prioritários de engenharia.

• Implantação de instrumentos e mecanismos para acompanhamento e solução de problemas em projetos considerados estratégicos no Governo.

GESTÃO TRANSPARENTE E COLABORATIVA

É necessário radicalizar a transparência das ações do governo e criar mecanismos que permitam o engajamento do cidadão no controle das políticas públicas. Em interação com o governo e o Poder Legislativo, a participação da sociedade na formulação das políticas públicas deve ser constantemente revisitada a partir do acompanhamento e da avaliação. Esse círculo virtuoso permite o aperfeiçoamento das políticas e confere legitimidade às decisões rotineiras que o governo precisa tomar. É fundamental qualificar o cidadão para sua maior participação.

Para além dos instrumentos e de espaços propriamente ditos de participação, será dever de todos os órgãos públicos informar, com absoluta transparência, seus atos e gastos, além de, quando necessário, eliminar toda e qualquer interpretação técnica das informações que impeça a fácil compreensão pela sociedade.

Compromissos

• Instalação de painéis em locais públicos com informações sobre gastos e contratações do governo.

• Criação do Gabinete Digital, como plataforma para a democracia digital em Brasília.

• Aperfeiçoamento do Conselho de Transparência e Contas Públicas, com autonomia e maior participação da sociedade.

• Implantação, reativação ou fortalecimento de conselhos e câmaras, com critérios

claros para garantir representatividade.

• Tratamento e adequação de informações disponibilizadas para melhor compreensão e acompanhamento pela sociedade civil, inclusive com acesso a informações sobre ações do governo e execução orçamentária via plataforma que proporcione acesso ao Sistema Integrado de Gestão Governamental (SIGGO), nos moldes do premiado SIGA Brasil.

• Criação de ambiente propício para ampliação da participação da sociedade e de instrumentos de formação cidadã.

• Aprimoramento do Portal de Transparência de Brasília, com o objetivo de chegar ao primeiro lugar nacional no índice de transparência.

GESTÃO POR RESULTADOS

As transformações em curso na sociedade brasileira não foram acompanhadas pela evolução das estruturas de governo. Se mal nos livramos de práticas patrimonialistas, também já são ultrapassados os modelos de gestão. Em Brasília, é pouco aplicada a gestão por resultados na administração pública, amplamente debatida a partir dos anos 90.

O que se pretende, portanto, não é novo, mas será transformador: modernizar e profissionalizar a gestão, com a incorporação de tecnologias que dinamizem o ciclo de políticas públicas, com a adequação de processos e a mobilização de atores centrais, de dentro e de fora do governo.

Compromissos

• Planejamento estratégico com base nas reais necessidades das pessoas, definido a partir de instrumentos de consulta à população.

• Definição de estruturas de projetos e atividades governamentais com mecanismos de acompanhamento de cronogramas e indicadores quantitativos, qualitativos e de custos dos principais projetos e atividades desenvolvidos pelo Governo.

• Definição da contribuição de cada órgão para os objetivos estrategicamente traçados e sua formalização por meio de contrato/acordo de gestão de resultados (com indicadores e metas definidas para avaliar o desempenho da gestão).

• Implantação de um gabinete de sustentabilidade e gestão de projetos estruturantes, vinculado diretamente ao governador.

• Capacitação dos gestores no novo modelo e elaboração de plano de comunicação da estratégia.

DESBUROCRATIZAÇÃO E SIMPLIFICAÇÃO DE PROCEDIMENTOS

Otimizar processos é parte fundamental do esforço realizado para focar os resultados na gestão pública. Trata-se de fazer mais e melhor com menos recursos, a partir do alinhamento das ações de governo com o planejamento estratégico, os recursos disponíveis e as entregas esperadas pela sociedade. O processo dever ser acompanhado da simplificação de procedimentos e diminuição da burocracia.

Compromissos

- Desburocratização da máquina estatal e simplificação do ordenamento jurídico.

- Simplificação dos processos de atendimento e prestação de serviços aos cidadãos, aproximando a entrega de serviços à população.

- Identificação, redesenho e automação dos processos-chave, com implantação de modelo eficaz de avaliação.

- Definição de indicadores para acompanhamento setorial e individual, e de incentivos para o cumprimento de metas.

- Implantação de núcleo de gestão de processos (acompanhamento, transferência de metodologia e disseminação de boas práticas).

VALORIZAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES

Com o loteamento de cargos e o aparelhamento das instituições, a população de Brasília compreende o governo como um instrumento a serviço de interesses partidários e privados. O Governo do Distrito Federal precisa resgatar sua legitimidade como instância representativa dos interesses coletivos.

Quaisquer que sejam as transformações institucionais promovidas na estrutura de governo, pouco resultado haverá se não houver firme determinação para profissionalizar a gestão, com valorização dos servidores concursados e bem treinados, e sistemática definida de contratação ou nomeação de gestores. Valorizar o mérito é caminho certo para a gestão eficiente e republicana.

Compromissos

- Elaboração de mecanismos que permitam a melhoria da gestão a partir do desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes dos gestores e gerentes de equipes.

- Definição de uma política de gestão de pessoas que se fundamente na valorização do

servidor e na prestação de serviços ao cidadão.

• Fortalecimento da Escola de Governo como condutora de um plano global de desenvolvimento de pessoas e implantação da gestão por competências, para qualificar os servidores das diferentes carreiras do GDF.

• Mapeamento de reais necessidades de pessoal e consequente redistribuição de servidores, além da realização de concursos públicos focados em quadros específicos.

• Revisão da estrutura de cargos e carreiras, a fim de simplificá-la e adequá-la às novas demandas, com efetiva participação dos servidores.

• Criação de estratégias de diálogo permanente com as diferentes categorias profissionais.

• Implantação de mecanismo de comitê de busca para seleção interna e externa de profissionais para cargos-chave.

• Destinação de no mínimo 50% de cargos comissionados para servidores efetivos em cada órgão e uso desses cargos para funções técnicas de alta qualificação, de acordo com o estudo de gestão por competências.

• Aplicação da Lei da Ficha Limpa para todos os cargos comissionados e funções de direção.

CONTROLE DA GESTÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO

São vários os canais de desperdício de recursos, seja pela corrupção ou simplesmente pela má gestão. Os órgãos de controle interno devem funcionar com autonomia e priorizar o controle preventivo pela difusão de melhores práticas e métodos de gestão. O ordenamento jurídico deve ser simplificado e especial atenção deve ser dada à sistemática de compras públicas.

Compromissos

• Definição de rotinas e procedimentos padronizados de gestão e fiscalização de contratos, convênios e obras.

• Mapeamento e prevenção dos principais riscos para a gestão.

• Promoção do intercâmbio de informações entre os diversos órgão de controle e fiscalização no âmbito Federal e Distrital.

• Modernização do sistema de compras públicas, com eliminação de gastos supérfluos e controle de resultados das comissões de licitação.

• Descentralização da Controladoria, com presença em todos os órgãos do governo, e orientação de suas atividades para o controle preventivo e a avaliação de resultados.

• Fortalecimento de mecanismos e instrumentos de transparência, monitoramento e controle.

• Especialização de área da procuradoria na recuperação de ativos procedentes de corrupção e fraude fiscal.

• Restringir os gastos com publicidade a ações educativas, de utilidade pública e de transparência da administração.

GOVERNO ELETRÔNICO

A implantação de uma política de governo eletrônico torna a ação governamental mais ágil e menos burocrática, o que está em linha com as demais propostas aqui contidas. Também possibilita a inclusão digital daqueles que ainda estão distantes das chamadas Tecnologias da Informação e das Comunicações (TICs). A gestão eletrônica das ações de governo permite ainda maior transparência e facilita a fiscalização pela sociedade.

Como o Governo do Distrito Federal é ainda deficiente na integração das informações dos órgãos públicos, com comprometimento da gestão, também deverá ser empreendido um esforço para atualizar a estrutura de TICs do governo.

Compromissos

• Instituição de política de governo eletrônico, com disponibilização de acesso a serviços de governo eletrônico para todos os cidadãos de Brasília (Saúde, Educação, entre outros).

• Elaboração do planejamento estratégico de TIC, implantação de um datacenter e de infovia para comunicação e integração dos sistemas e processos.

• Criação de estruturas temporárias (“Caravanas e-Gov”) para capacitação e divulgação dos serviços de governo eletrônico.